



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2013
Processo nº 23060.001891/2013-35**

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE, mediante a Comissão Permanente de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia, designada pela Portaria nº 0492 de 27 de fevereiro de 2013, alterada pelas Portarias nº 0949 de 17 de abril de 2013 e nº 1.219 de 23 de maio de 2013, torna público para o conhecimento dos interessados que no **dia 11/11/2013, às 9 horas (horário local)**, será realizada na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia, localizada no Anexo da Reitoria (Avenida Desembargador Maynard, nº 549, Bairro Suissa, Aracaju-SE), a presente licitação, na modalidade Concorrência, **do tipo menor preço global**, execução indireta, sob o regime de execução empreitada por preço unitário, respeitadas as disposições da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 em sua atual redação, Instrução Normativa nº 01/2010/MPOG, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 6.204/2007, Decreto nº 7.983/2013 e demais legislações atinentes à matéria.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto da Concorrência Pública nº 11/2013 é a execução, sob o regime de empreitada por preço unitário, de serviços de complementação/conclusão da construção do *campus* do município de Itabaiana (SE), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, conforme especificações técnicas constantes no Projeto Básico e demais peças técnicas integrantes deste Edital.

1.2 - O serviço/obra objeto desta licitação deverá ser executado em total observância às normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e às especificações técnicas, projetos e demais peças técnicas do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.2 - Os recursos necessários para o pagamento das despesas resultantes da presente licitação estão consignados no Orçamento da União previsto para o exercício de 2013, e correrão por conta dos Programas de Trabalho 12363203120RL0028 (funcionamento das instituições) e 12363203120RG0028 (expansão e reestruturação), PTRES 62551 e 62556, Fonte 0112000000, Natureza de Despesa 44.90.51-91.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZOS

3.1 - A documentação da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2013 referente à "Habilitação" (ENVELOPE 01) e "Proposta de Preços" (ENVELOPE 02) das empresas, será recebida às **9 horas (horário local) do dia 11/11/2013**, na sala de reuniões da CPL, localizada nas dependências do Anexo da Reitoria (Avenida Desembargador Maynard, nº 549, Bairro Suissa, Aracaju-SE). **O IFS, mediante a CPL, não se**

responsabiliza por documentação e proposta enviadas por via postal ou entregue em local diferente do especificado no preâmbulo deste instrumento. Não serão também aceitos envelopes remetidos intempestivamente, ou após a abertura da sessão pública.

3.2 - A data de abertura do Envelope "02" contendo a "PROPOSTA DE PREÇOS", será marcada pela Comissão Permanente de Licitação, na sessão de recebimento dos envelopes de "HABILITAÇÃO" - 01.

3.3 - O prazo de execução dos serviços objeto da Concorrência Pública nº 11/2013 é de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço emitida pela Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos/IFS, podendo tal prazo ser prorrogado mediante justificativa por escrito e previamente autorizado pela Administração.

3.4 - A licitante vencedora será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da convocação, retirar a Nota de Empenho e assinar o Termo de Contrato. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela parte adjudicada, durante o transcurso do prazo especificado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo IFS.

3.5 - Na hipótese de ocorrer ponto facultativo ou outro fato impeditivo a critério exclusivo do IFS, que impeça a realização desta licitação na data aprazada, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediatamente posterior, obedecidos o mesmo horário e local da realização.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO

4.1- As informações e os elementos que compõem a presente Licitação serão fornecidos pela DIPOP/IFS e setor de licitação.

4.2 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei de Licitação, devendo protocolar o pedido, na forma da lei, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis.

4.2.1 – Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.

4.2.2 – As impugnações podem ser enviadas também por meio eletrônico, tempestivamente, devendo os originais, ser enviados até 02(dois) dias úteis antes da abertura da sessão.

4.3 – As solicitações de esclarecimentos sobre a presente Licitação deverão ser enviadas por meio eletrônico à Comissão de Licitação até o prazo de 05 (cinco) dias úteis, antes da data da Licitação.

4.4 - A Comissão de Licitação prestará os esclarecimentos solicitados conforme item 4.3, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis antes da data da Licitação.

4.5 - As licitantes receberão os esclarecimentos, no prazo estipulado no item 4.4, através de FAX ou de *e-mail*. Os avisos e esclarecimentos também serão divulgados no site www.comprasnet.gov.br>*siasgnet*>*sessão pública*.

4.6- Os originais das impugnações devem ser enviados para o endereço: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Comissão Permanente de Licitação (CPL), Av. Desembargador Maynard, nº 549, Bairro Suissa, Aracaju (SE), CEP 49052-210.

4.7 - O endereço eletrônico da Comissão de Licitação é cpl@ifs.edu.br. O contato telefônico poderá ser efetuado através do número: (79) 3711-3186/3139 (DIPOP).

CLÁUSULA QUINTA - DOS PARTICIPANTES E DA HABILITAÇÃO

5.1 - Poderão participar desta Concorrência quaisquer licitantes que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto (empresas de engenharia do ramo, devidamente constituídas e operando em conformidade com a legislação vigente) e comprovem possuir os requisitos de qualificação exigidos na HABILITAÇÃO.

5.2 - O cadastramento da licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, de que trata a IN nº 02/2010/SLTI, é válido como parte dos requisitos da HABILITAÇÃO. O cadastramento no SICAF poderá ser realizado em qualquer unidade dos órgãos/entidades que integram o Sistema de Serviços Gerais – SISG, localizados nas Unidades da Federação.

5.2.1 A regularidade do cadastramento (níveis I a VI) do licitante inscrito no Sicaf será confirmada por meio de consulta *on line*, no ato de abertura da licitação.

5.2.2 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

5.2.3 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.2.3.1 - Na fase de habilitação, deverá ser apresentada e conferida toda a documentação e, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de dois dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas.

5.2.3.2 - A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

5.3 - Não será admitida à licitação empresa entre cujos dirigentes, gerentes, sócios, acionistas ou controladores, responsáveis técnicos ou subcontratados, haja alguém que seja servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de

Sergipe ou que tenha sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à publicação deste Edital.

5.4 - Na presente licitação não será permitida a participação de pessoas físicas bem como pessoas jurídicas reunidas em consórcio, e também: a) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País; b) empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto desta Concorrência; c) empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação; d) quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º da Lei 8.666/93.

5.5 - Somente poderão participar desta Concorrência Pública as empresas que comprovarem possuir boa situação financeira, mediante índices de balanço superiores a 1 (consoante o Anexo II) ou apresentação de capital social mínimo integralizado de 10% (dez por cento) do valor orçado pelo IFS, na data da apresentação dos documentos relativos a esta licitação, admitida, na forma da lei, atualização para esta data através de índices oficiais (para empresas que apresentarem índices iguais ou inferiores a 1). Também será analisada a capacidade de contratação da empresa, conforme faculta o parágrafo 4º do artigo 31 da Lei 8.666/93, de acordo com fórmula constante no Anexo II (qualificação econômico-financeira). **A licitante deverá relacionar, obrigatoriamente, TODOS os seus contratos vigentes (em andamento), conforme orientações contidas no Anexo II, sob pena de inabilitação, caso assim não proceda.**

5.6 - Não se encontre submetida à suspensão temporária do direito de participar em processos licitatórios com a União, em face de sanção administrativa.

5.6.1 - Será realizada consulta ao Portal de Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis) e ao Portal do Conselho Nacional de Justiça (<http://www.cnj.jus.br>), para constatação de regularidade das empresas licitantes.

5.7 - Não tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, ressalvada a hipótese de reabilitação, na forma da lei.

5.8 - No dia, hora e local designados no item 3.1, deste Edital, as empresas deverão apresentar 02 (dois) envelopes fechados contendo respectivamente na face externa fronteira além da razão social e CNPJ da proponente as seguintes inscrições:

**ENVELOPE N. 01 - DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2013
DIA 11/11/2013, ÀS 9 HORAS (horário local)**

**ENVELOPE N.02 - PROPOSTA DE PREÇOS
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2013
DIA 11/11/2013, ÀS 9 HORAS (horário local)**

5.8.1 - A partir do horário determinado no item 3.1, declarada aberta a sessão, nenhuma proposta será aceita pela CPL.

5.9 - ENVELOPE N. 01 - HABILITAÇÃO - Os documentos referentes à HABILITAÇÃO serão apresentados em 01 (uma) via, preferencialmente: em pasta acompanhada de folha índice, indicando o número da página em que os documentos deverão estar inseridos, devidamente numerados e rubricados pelo representante legal da licitante, sem entrelinhas, ressalvas e rasuras, obedecendo rigorosamente aos subitens abaixo:

5.9.1 - Carta de credenciamento do representante da empresa licitante com a respectiva qualificação, quando se fizer presente. Caso seja titular da empresa, apresentar documentação que comprove sua capacidade para representá-la.

5.9.2 - DA VISITA TÉCNICA:

5.9.2.1 - A visita técnica à área do objeto do presente edital é opcional, devendo-se observar as determinações a seguir:

5.9.2.1.1 - Na opção da não realização da vistoria, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, deverá, na apresentação da proposta, apresentar uma declaração de que possui pleno conhecimento do local onde será realizado o serviço, e de suas peculiaridades, não podendo alegar futuramente desconhecimentos das condições do local de realização dos serviços, em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos.

5.9.2.1.2 - A empresa que optar por realizar a visita técnica deverá observar o seguinte:

- a)** A visita deverá ser realizada por profissional habilitado e indicado pela licitante;
- b)** a empresa deverá apresentar, na data do certame, a declaração de conhecimento prévio do local e de suas condições.

5.9.3 - Declaração expressa de que o licitante assume inteira responsabilidade pela autenticidade e veracidade das certidões apresentadas e que se submete às condições do Edital, em todas as fases da licitação.

5.9.4 - Declaração expressa do licitante de que recebeu todos os documentos necessários à sua participação no certame e de que tomou conhecimento de todas as informações técnicas e das condições para o cumprimento das obrigações objeto do futuro contrato.

5.9.5 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

5.9.6 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos referentes à eleição dos administradores da sociedade. Os atos constitutivos devem estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.9.7 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

5.9.8 - Decreto de autorização, quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeiras em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade o exigir.

5.9.9 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

5.9.10 - Certidão Negativa de Débito emitida pelo INSS.

5.9.11 - Certidão Conjunta Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal.

5.9.12 - Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.

5.9.13 - Certidão Negativa de Débito perante as Fazendas Estadual e Municipal.

5.9.14 - Prova de regularidade de registro da empresa, junto à entidade profissional competente em nome da licitante, válida na data de recebimento dos documentos de habilitação e proposta, emitida pela entidade profissional da jurisdição da sede da licitante.

5.9.15 - Comprovação de aptidão técnica **da empresa**, demonstrando que já executou ou se encontra executando serviços da natureza da presente licitação, mediante atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o devido CNPJ, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos serviços, observando-se as exigências do ANEXO II - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

5.9.15.1 - Para a comprovação de aptidão técnica da empresa não será exigido registro ou chancela do CREA / CAU.

5.9.16 - Comprovação de a licitante possuir em seu quadro permanente ou ter à sua disposição, na data prevista para entrega dos documentos de habilitação/proposta, responsável técnico detentor de atestado técnico de responsabilidade técnica, comprovando ter executado serviços similares ao objeto ora licitado, para órgãos ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal ou empresa privada, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico, emitidos pelo CREA / CAU, observando-se as exigências do ANEXO II - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

5.9.16.1 - Esta comprovação poderá ser feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), em que conste a **licitante** como Contratante, ou do contrato social da **licitante** em que conste o profissional como sócio, ou do contrato de trabalho, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

5.9.17 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, devidamente registrado na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. Se for empresa constituída no exercício financeiro da realização do certame, e não tiver este Balanço, poderá apresentar o Balanço de Abertura.

5.9.17.1- A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas, com base no balanço cadastrado:

(1) **Índice de Liquidez Geral** superior a 01 (um), conforme equação abaixo:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} > 1$$

(2) **Índice de Liquidez Corrente** superior a 01 (um), conforme equação abaixo:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > 1$$

(3) **Índice de Solvência Geral** superior a 01 (um), conforme equação abaixo:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} > 1$$

5.9.17.2 - As empresas, cadastradas ou não no Sicafe, que apresentarem resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor orçado em planilha apresentada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, na data da apresentação dos documentos relativos a esta licitação, admitida, na forma da lei, atualização para esta data através de índices oficiais

5.9.18 - Declaração, assinada por quem de direito, de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

5.9.19 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

5.9.20 - Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme Anexo VIII deste edital.

5.9.21 - De acordo com a Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, que institui a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, na fase da Habilitação será feita consulta ao sítio www.tst.jus.br/certidao para comprovar a inexistência de débito

inadimplido perante a Justiça do Trabalho do licitante. A existência de débitos inadimplidos implicará a inabilitação da licitante.

5.9.22 – As microempresas e empresas de pequeno porte, de que trata a Lei Complementar nº 123/2006, que desejarem fazer jus ao tratamento diferenciado e favorecido previsto na referida Lei, deverão apresentar ato constitutivo devidamente arquivado na Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou documento da Receita Federal no qual conste que a mesma é ME ou EPP ou ainda declaração atualizada emitida pelo SICAF.

5.9.23 – Os documentos especificados para esta fase, quando apresentados em cópias, deverão ser autenticados em cartório, ou por servidor do IFS, mediante apresentação dos originais. Serão inabilitadas as licitantes que não apresentarem os documentos essenciais exigidos para esta fase (arrolados nos artigos 28 a 31 da Lei 8.666/93 e indicados neste Edital) e devidamente autenticados.

5.9.23.1 – Recomenda-se que a autenticação por servidores do IFS, preferencialmente, seja feita até o primeiro dia útil anterior à data de abertura da licitação, no horário das 09 às 11h e das 14 às 16h. Caso contrário, poderá ser efetuada no ato da sessão de licitação.

5.9.24 - Após a fase de habilitação não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

5.9.25 - Os documentos de habilitação terão como jurisdição a sede (matriz) da proponente.

5.9.26 - Somente serão aceitos atestados técnicos dos profissionais devidamente acompanhados da CAT (Certidão de Acervo Técnico) e registrados no CREA / CAU.

5.9.27 - No ato da reunião de Habilitação os licitantes presentes deverão estar munidos dos documentos de HABILITAÇÃO, a fim de que, existindo dúvida, a Comissão de Licitação efetue o cotejo.

5.9.28 – Os requisitos referentes às qualificações técnica e econômico-financeira das licitantes seguirão as disposições do Anexo II deste edital.

5.9.29 - As licitantes inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) terão a comprovação da habilitação jurídica e regularidade fiscal verificada *on line* no referido Sistema. Neste caso, as licitantes ficam dispensadas de apresentar a documentação referente aos itens 5.9.5 a 5.9.13. Da mesma forma, a qualificação econômico-financeira das empresas cadastradas no Sicafe, no tocante à verificação dos índices Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) será feita de forma *on line* no Sistema.

5.9.30 - Ocorrendo a inabilitação de todos os licitantes, a CPL poderá conceder um prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, contado da data da intimação dos licitantes, sanadas as causas que deram origem à inabilitação (art. 48 da Lei 8.666/93).

5.9.31 – A inabilitação da licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

5.10. **ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA** – Os documentos referentes à PROPOSTA DE PREÇOS serão apresentados em 01 (uma) via, em uma face de papel timbrado ou digitadas em computador, preferencialmente em pasta classificadora, obedecendo a sequência abaixo, sem entrelinhas, ressalvas ou rasuras, devidamente carimbadas, rubricadas e numeradas pelo representante legal e pelo responsável técnico. Além dessas exigências, a proposta de preços deverá conter os seguintes elementos:

5.10.1 - Preço global expresso em moeda corrente, pelo qual a firma executará as obras/serviços, incluindo materiais, mão de obra, projetos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, incluídos todos os equipamentos auxiliares e complementares, para a perfeita realização dos serviços.

5.10.2 - Prazo global de execução de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da ORDEM DE SERVIÇO emitida pela Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos, em que a licitante se compromete a executar a totalidade dos serviços da obra.

5.10.3 - Prazo de validade da PROPOSTA DE PREÇOS, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da sua respectiva abertura.

5.10.4 - Planilha Orçamentária com todos os preços unitários, com duas casas decimais, e preço total em moeda corrente. Os preços de cada item/subitem da planilha não poderão ultrapassar o valor mencionado para o item/subitem na referida planilha orçamentária fornecida pelo IFS.

5.10.4.1 - A planilha orçamentária deverá ser apresentada também em CD-ROM, em arquivo no formato EXCEL ou similar, junto com a proposta de preços.

5.10.5 - Cronograma físico-financeiro geral obedecendo à discriminação da planilha orçamentária, em 12 (doze) etapas de 30 (trinta) dias cada etapa, coincidindo com o recebimento provisório da obra.

5.10.6 - Além da planilha individualizada de preços, a licitante deve apresentar:

5.10.6.1 - composição detalhada dos preços unitários, com duas casas decimais, (incluindo mão-de-obra, custo de todo material utilizado e BDI) resultando na clareza da formação dos preços de cada um dos itens/subitens que compõem a planilha orçamentária;

5.10.6.2 - composição detalhada do BDI (conforme Anexo IV) e dos encargos sociais (Anexo V).

5.10.6.3 – Serão analisados os preços unitários, com duas casas decimais, de cada item/subitem da planilha orçamentária, observando-se a sua exequibilidade e a obediência quanto ao valor máximo orçado na planilha fornecida pelo IFS.

5.10.6.4 - Não serão aceitas propostas de preços contendo custos relativos aos tributos IRPJ e CSLL, seja na composição do BDI, seja como item específico da Planilha Orçamentária, conforme determina o item 9.1 do Acórdão 950/2007-TCU.

5.10.7 - Nas hipóteses eventuais de reduções ou acréscimos de serviços novos ou já constantes das especificações e projetos fornecidos, serão usados os preços unitários do SINAP/CEF e/ou ORSE/DEHOP/SE, inclusive o BDI, a critério da Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos do IFS.

5.10.8 - Aberta a proposta de preço e constatada a falta de assinatura do representante legal ou responsável técnico a Comissão de Licitação poderá efetuar o cotejo de assinatura, caso os mesmos estejam presentes à sessão, devidamente identificados.

5.10.9 - Aberta a proposta de preço e constatada a falta de CD ROM exigido no subitem 5.10.4.1, a Comissão de Licitação poderá dispensá-lo, caso não haja problemas para efetuar a análise técnica ou poderá conceder o prazo de até 02 (dois) dias úteis para que a empresa providencie a sua entrega.

CLÁUSULA SEXTA - VALOR DOS SERVIÇOS/OBRAS

6.1 - O valor global estimado, orçado pelo IFS, para a execução da obra é de **R\$ 6.490.235,44 (seis milhões, quatrocentos e noventa mil, duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos)**, considerado o preço máximo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PROCEDIMENTO DAS REUNIÕES

7.1 - Na reunião de recebimento dos envelopes de Habilitação e Proposta de Preços observar-se-ão os seguintes procedimentos:

- a) Recebimento das credenciais dos representantes legais de cada empresa licitante, mediante contrato ou procuração, para falar em seu nome durante o processo licitatório.
- b) Registro no "Sessão Pública" do Comprasnet, do comparecimento de cada empresa licitante, com seu respectivo representante legal (se houver).
- c) Recebimento, pela CPL, dos envelopes "01" - Habilitação e "02" - Proposta de Preços devidamente lacrados, de acordo com o item 5.8 do edital.
- d) Verificação da regularidade de habilitação da licitante. A regularidade do cadastramento da licitante que optar por prestar suas informações mediante o Sicafe será confirmada por meio de consulta *on-line*, quando da abertura dos envelopes de Documentação. Realizada a consulta *on-line*, serão impressas declarações demonstrativas da situação de cada licitante, as quais serão juntadas aos autos do processo licitatório após terem sido assinadas pelos membros da Comissão e por todos os representantes legais dos licitantes presentes. Havendo irregularidade no cadastramento ou na habilitação parcial da licitante que optar por apresentar as informações constantes do SICAF, será a referida licitante inabilitada.

- e) Consulta on-line ao Portal da Transparência do Governo Federal: www.portaldatransparencia.gov.br/ceis e ao portal do Conselho Nacional de Justiça.
- f) Abertos os envelopes "DOCUMENTAÇÃO" - 01, a Comissão de Licitação/IFS solicitará a assinatura dos representantes, poderá encaminhar (se houver necessidade) a documentação à DIPOP/IFS para análise técnica. A seu juízo exclusivo, a Comissão poderá apreciar os documentos de cada licitante e, na mesma reunião, divulgar o nome dos habilitados e dos inabilitados ou marcar outra data para divulgá-los.
- g) Ocorrendo o desdobramento da sessão de habilitação, nova data e horário serão estabelecidos pela Comissão. Os envelopes "PROPOSTA" - 02 serão reunidos em um outro envelope e este será lacrado e em seguida rubricado pelos membros da Comissão e representantes legais das licitantes presentes, permanecendo sob a guarda dos membros da Comissão de Licitação até o dia da sua abertura.
- h) Após a divulgação do resultado da habilitação pela Comissão, somente serão abertos os envelopes "PROPOSTA" - 02:
- 1 - Se houver renúncia expressa de todos os licitantes ao direito de interposição de recurso consignada em ata;
 - 2 - Após transcorrido o prazo legal, disposto no artigo 109 da Lei 8666/93, sem que tenha havido interposição de recurso;
 - 3 - Após a publicação dos resultados dos recursos interpostos.
- i) A empresa licitante que for julgada inabilitada receberá de volta o seu envelope de "PROPOSTA" - 02, na data prevista da abertura das propostas caso o seu representante esteja presente. A inabilitação da licitante a impedirá de participar das fases subsequentes do certame.
- j) A abertura dos envelopes "PROPOSTA" - 02 será realizada em sessão pública, da qual lavrar-se-á ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das licitantes.
- k) Leitura da Proposta pelo Presidente da CPL dos valores propostos pelas empresas licitantes.
- l) Assinatura pelos membros da CPL e licitantes presentes na via original da PROPOSTA - 02.
- m) Lavratura de Ata de Sessão.
- n) Encaminhamento à Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos do IFS das propostas de preços, para a análise técnica.

CLÁUSULA OITAVA - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1 - Somente serão aceitas propostas:

8.1.1 - Que estejam completas, isto é, contenham informações suficientes que permitam a perfeita identificação qualitativa e quantitativa dos serviços licitados e que atendam a todas as exigências do edital.

8.1.2 - Que contenham todos os itens de serviços listados no Anexo III.

8.1.3 - Que não contenham preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, nem oferta de vantagem não prevista neste Edital, ou proposta alternativa.

8.1.4 - Que não ultrapassem os preços unitários discriminados na planilha orçamentária para cada item e/ou subitens listados, considerados preços máximos de aceitação.

8.1.5 - Que não forem inexequíveis, assim consideradas as propostas:

8.1.5.1 - que não venha a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato

8.1.5.2 - cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração
- b) valor orçado pela Administração

8.2 - Ainda que a proposta esteja enquadrada em uma das situações do subitem anterior, será assegurado a licitante o direito de provar a sua exequibilidade diante do preço proposto nas condições definidas no subitem 8.1.5.1.

CLÁUSULA NONA - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 - As propostas de preços serão analisadas por uma equipe técnica da Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos do IFS.

9.2 - No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração a análise técnica de acordo com os critérios objetivos definidos no edital, baseados nas normas e princípios da Lei 8.666/93.

9.2.1 - O tipo de licitação a ser adotado é a de MENOR PREÇO, isto é, quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com todas as especificações do edital e ofertar o menor preço global.

9.2.2 - Embora a proposta de preço seja de ordem global, serão analisados os preços unitários, com duas casas decimais, de cada item/subitem da planilha orçamentária apresentada, sendo desclassificada a proposta que contenha preços unitários acima do valor orçado pelo IFS para aquele item/subitem e também os considerados inexequíveis que não tiverem comprovadas a sua exequibilidade, conforme o subitem 8.2 deste edital.

9.2.3 - A análise técnica da composição de preços unitários de cada item/subitem da planilha orçamentária deverá comprovar que a sua composição atende

aos critérios técnicos adotados pelo IFS para formação do preço final daquele item/subitem.

9.2.4 – A composição do item “Administração Local da Obra” deverá ser apresentada separada da composição dos preços unitários dos demais itens da planilha de preços. Os custos referentes à mobilização/desmobilização de equipamentos e materiais estão contemplados na composição da Administração Local da Obra (ver planilha de composição da administração local da obra).

9.2.5 - Se o preço unitário e o preço global indicados pela firma licitante não corresponderem entre si, apenas o preço unitário será considerado, e o total será corrigido de forma a conferir com aquele, considerando-se para a Proposta o VALOR CORRIGIDO.

9.2.6 – A detecção de erros ou omissões considerados irrisórios em relação a quantitativos ou preço poderão ser desconsiderados para critérios de desclassificação, caso a Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos do IFS ateste que o erro é irrelevante para o montante da obra, considerando que os serviços somente serão pagos de acordo com as quantidades realmente executadas.

9.2.7 – A composição do BDI será analisada tecnicamente, ressaltando-se que a empresa licitante deve apresentar a fórmula aplicada para o cálculo do percentual final de maneira que a análise técnica possa comprovar esse cálculo. O modelo apresentado no Anexo IV é um modelo exemplificativo, devendo a licitante obedecer à legislação quanto às taxas dos tributos.

9.3 - As propostas serão classificadas, em ordem de valor crescente, de acordo com os preços finais, sendo considerada vencedora, para fins de adjudicação, a licitante que tenha apresentado a proposta de acordo com as especificações do edital e ofertado o menor preço.

9.4 - Em caso de empate de duas ou mais propostas, será adotado o sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

9.4.1 - Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Lei complementar nº 123/2006)

9.4.1.1- Entende-se por empate, aquela situação em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até dez por cento superiores ao menor preço, e quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.4.1.2 - A preferência de que trata o subitem 9.4.1 será concedida da seguinte forma:

- a) ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame
- b) na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base na alínea “a”, serão convocadas as

remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

- c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio, em ato público, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.4.1.3 - Não se aplica o sorteio disposto da alínea "c" do subitem 9.4.1.2 quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, situação em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados conforme a ordem de apresentação pelos licitantes.

9.4.1.4 - O prazo para os licitantes apresentarem nova proposta deverá ser de até 02 (dois) dias úteis, contados do encerramento da etapa de julgamento das propostas.

9.4.1.5 - Não havendo redução da(s) proposta(s) por parte da(s) empresa(s) de pequeno porte ou microempresa(s), será considerada classificada por ordem de maior vantajosidade a licitante que originalmente ofereceu proposta de menor preço, seguindo-se com a deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto licitado.

9.5 - Caberá ao Magnífico Reitor homologar o parecer conclusivo de classificação elaborado pela CPL.

9.6 - Ocorrendo a desclassificação de todas as propostas, a CPL poderá conceder um prazo de 08 (oito) dias para apresentação de novas propostas, contado da data da intimação dos licitantes, sanadas as causas que deram origem à desclassificação (art. 48 da Lei 8.666/93).

9.7 - Concedido o prazo na forma do item 9.6 e ocorrendo a manutenção das causas que motivaram a desclassificação, o Magnífico Reitor poderá revogar a presente licitação.

9.8 - O resultado e a respectiva classificação das propostas serão publicados no Diário Oficial da União.

9.9 - Observando o disposto no art. 109 da Lei 8.666/93, o licitante poderá apresentar recurso, por escrito e protocolado no Protocolo da Reitoria do IFS, ao Presidente da Comissão de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação da licitante ou do julgamento das propostas, anulação ou revogação desta licitação.

9.9.1 - Ocorrendo a participação de microempresa ou empresa de pequeno porte detentora de melhor proposta e sendo comprovada irregularidade fiscal por parte dessa empresa, a abertura da fase recursal só será procedida após os prazos de regularização previstos no subitem 5.2.3.1.

9.10 – Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Findo esse período, impugnado ou não o recurso, a Comissão de Licitação/IFS poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar a sua decisão ou fazê-lo seguir, devidamente informado, até o Magnífico Reitor.

9.11 – Quaisquer argumentos ou subsídios concernentes à defesa da licitante que pretender reconsideração das decisões da Comissão de Licitação/IFS, deverão ser apresentados exclusivamente por escrito.

9.12 – Os recursos preclusos ou interpostos fora do prazo estabelecido na Lei não serão aceitos.

9.13 – Em se constatando dolo ou má fé no procedimento recursal, com intuito meramente protelatório, o licitante recorrente ficará sujeito à exclusão do processo, sem prejuízo de outras sanções legais.

CLÁUSULA DÉCIMA - HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

10.1 - A homologação e a adjudicação ocorrerão após o transcurso do prazo recursal ou depois da decisão da autoridade competente sobre os recursos interpostos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTRATO

11.1 - Após a homologação e adjudicação desta licitação e sua efetiva publicação, o IFS convocará a licitante vencedora para a assinatura do Termo de Contrato observando o prazo estabelecido no item 3.4 deste edital. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo IFS.

11.2 - O início dos serviços será realizado após a assinatura do Contrato e recebimento da ordem de serviço pela CONTRATADA, emitida pela DIPOP/IFS.

11.3 - O Contrato, formalizado por nota de empenho e Termo de Contrato, terá vigência de 450 (quatrocentos e cinquenta) dias corridos, contados a partir da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, desde que haja justificativa fundamentada e aceita pela Administração.

11.4 - O IFS providenciará a publicação do contrato, em extrato, no Diário Oficial da União – Seção 3, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93. A eficácia do contrato se dará após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

11.5 - Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Sicafe e de outros meios se o licitante vencedor mantém as condições de habilitação.

11.6 - Aplicam-se ao Contrato firmado os mandamentos da Lei nº 8.666/93, a legislação de proteção e defesa do consumidor, os preceitos de direito público e,

supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

11.7 - Os termos do contrato vincular-se-ão estritamente às regras deste instrumento e de seus anexos e ao conteúdo da proposta do licitante vencedor.

11.8 - O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos disciplinados no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

11.9 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no quantitativo do fornecimento ajustado, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.10 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido acima, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

11.11 - Integrarão o Contrato, dele fazendo parte integrante os seguintes documentos:

- a) Edital de Concorrência Pública nº 11/2013;
- b) Proposta da Contratada;
- c) Cronograma Físico-Financeiro;
- d) Todos os elementos técnicos componentes constantes do presente Edital.

11.12 - Fica estabelecido que no caso de alteração implicando em acréscimos ou supressões autorizadas no projeto, a avaliação do serviço/obra correspondente será baseada no orçamento analítico apresentado nesta licitação.

11.13 - Na ocorrência da realização de serviços não previstos no projeto e especificações dos serviços/obras, o preço unitário para realização dos mesmos, será estabelecido segundo o que dispõe o item 5.10.7 deste edital.

11.14 - Caso a empresa adjudicatária venha a se recusar a assinar o contrato, o IFS convocará a segunda colocada a assinar contrato nas mesmas condições propostas pela primeira colocada, e assim sucessivamente.

11.15 - A subcontratação será permitida até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, exceto para os itens relevantes em que se exige a qualificação técnica (profissional e operacional), e desde que previamente autorizada pela fiscalização da Contratante.

11.16 - Caso a Contratada subcontrate serviços até o limite permitido no item 11.15 desta cláusula, deverá informar à Contratante todos os dados referentes à empresa subcontratada, inclusive no que tange ao contrato de prestação de serviços.

11.17 - A Contratada será responsável por todo e qualquer serviço desempenhado pela empresa subcontratada, devendo esta ser do ramo da atividade da subcontratação. A Administração requererá da Contratada, e não da empresa subcontratada, o cumprimento das obrigações exaradas neste Termo de Contrato. Assim, a subcontratação não altera a responsabilidade da Contratada que continuará integral perante o Contratante, bem como não existirá vínculo entre o Contratante e a subcontratada.

11.18 - O Contratante poderá exigir à Contratada a apresentação de todos ou parte dos documentos de habilitação da empresa subcontratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA

12.1 - Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive indenização a terceiros e multas eventualmente aplicadas, a **CONTRATADA** deverá apresentar junto ao Setor de Contratos do IFS, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de assinatura do contrato, o comprovante de prestação de garantia correspondente a percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, sob pena de rescisão do ajuste.

12.2 - A garantia a que se refere o subitem 12.1, poderá ser apresentada numa das seguintes modalidades: caução em dinheiro, títulos da Dívida Pública da União, Fiança Bancária ou Seguro Garantia, a critério da licitante. Quando se tratar de garantia em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, na forma do art. 56, inc. I, da Lei 8.666/93 (redação dada pela Lei 11.079/2004).

12.3 - A garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pela não conclusão completa dos serviços e pelas eventuais multas aplicadas, independentemente de outras combinações legais, quando for o caso.

12.4. A validade da garantia, conforme dispõe o inciso XIX, do artigo 19, da IN nº 02 de 30/04/2008, será de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E INDENIZAÇÃO

13.1 - Pela perfeita e fiel execução dos serviços objeto desta licitação, o IFS fará, ao licitante que vier a ser contratado, o devido pagamento conforme termo de contrato, obedecendo às normas fixadas no item 13.2. deste Edital.

13.2 - Os pagamentos serão efetuados de acordo com a cláusula décima quarta da minuta de contrato e com o cronograma físico-financeiro, observados os serviços efetivamente executados, com base nos serviços constantes da planilha de orçamento apresentada pela licitante – parte integrante do contrato.

13.3 - Sustação de pagamento.

O pagamento poderá ser sustado pelo IFS, nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento das obrigações da Contratada para com terceiro, que possam de qualquer forma prejudicar o IFS;
- b) Inadimplência de obrigações da Contratada para com o IFS por conta deste Contrato;
- c) Não cumprimento do disposto nas Especificações Técnicas e demais anexos deste Edital;
- d) Erros ou vícios na fatura.

13.4 - As faturas serão protocoladas e encaminhadas à Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos do IFS, para conferência da execução dos serviços e posterior encaminhamento ao setor competente, que disporá de até 30 (trinta) dias corridos para efetivação do pagamento. A incidência de encargos por inadimplência do IFS, definidos em lei, até a data efetiva do pagamento, será calculada mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual (6%);

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

13.5 - Só serão pagos os serviços efetivamente realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO

14.1 - Proceder-se-á à revisão do contrato a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

14.2 - A CONTRATADA, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

14.3 - Junto com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

14.4 - A Administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato, formalizada por termo aditivo e publicado o seu extrato na imprensa oficial.

14.5 - Independentemente de solicitação, a Administração tem a obrigação de convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, procedendo-se à revisão do contrato, formalizada de acordo com o item 14.4 desta cláusula.

14.6 - O reajuste só é devido após doze meses da data da apresentação da proposta, vinculado ao INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) do período, aplicando-se sobre o saldo remanescente do contrato.

14.6.1 – **Na situação de atraso no cumprimento do objeto por culpa do contratado:** se houver aumento do índice, prevalece o vigente na data em que deveria ter sido realizado o objeto; e se houver diminuição do índice, prevalece o vigente na data em que for executado o objeto.

14.6.2 – **Na situação de antecipação do cumprimento do objeto:** prevalece o índice vigente na data em que for realizado o objeto.

14.6.3 – **Em casos de prorrogação:** prevalece o índice vigente no mês previsto para cumprimento do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS INADIMPLENTOS E SANÇÕES

15.1 - Se na realização da licitação ou na formalização e execução do contrato, ficar comprovada a existência de irregularidade ou de ocorrer inadimplência contratual de que possa ser responsabilizada a firma licitante, adjudicatória ou Contratada, ficará esta incurso nas penalidades e sanções previstas no termos do artigo 77 a 80 e 86 a 88 da Lei 8.666/93, quais sejam:

a) Advertência;

b) Multa;

b.1 - de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total do Contrato, por dia de atraso por descumprimento no prazo de execução dos serviços previstos, limitado a 20 (vinte) dias de atraso;

b.2 - de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total e de 15% sobre o saldo contratual no caso de inexecução parcial do objeto contratado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.2 - A inexecução total ou parcial dos serviços objeto desta licitação dará causa para sua rescisão, consoante estabelece os artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONDIÇÕES E RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

16.1 - O objeto desta licitação será recebido:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da sua conformidade com as especificações constantes do PROJETO, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação do contratado;
- b) Definitivamente, após a verificação da execução integral e com as eventuais correções dos serviços/obras, se necessário, e sua consequente aceitação, por servidor ou comissão designada, para tal fim, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes após o decurso do prazo previsto em lei para observação. **Para o recebimento definitivo do objeto, a Contratada deverá providenciar a seguinte documentação: as *built* da obra, elaborado pelo responsável por sua execução; laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros, aprovando a obra; Carta "Habite-se" emitida pela prefeitura do município.**

16.2 - A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

16.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a empresa Contratada da responsabilidade civil nem ético-profissional, no que tange à execução do contrato.

16.4 - De acordo com o art. 618 do Código Civil, a Contratada "responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo".

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Constatada a inveracidade de qualquer informação fornecida por firma licitante com referência a esta licitação, sofrerá ela, além da declaração de sua inidoneidade uma das seguintes sanções:

- a) Suspensão para qualquer licitação promovida pela Administração, no período de 02 (dois) anos;
- b) Desclassificação, se a licitação se encontrar em fase de julgamento de propostas;
- c) Não adjudicação dos serviços objeto desta licitação;
- d) Rescisão do Contrato, se a adjudicação já tiver sido efetuada, procedendo-se ao embargo dos serviços de engenharia se estes já tiverem sido iniciados.

17.2 - O IFS, mediante a autoridade competente, poderá anular, cancelar, revogar parcial ou totalmente esta licitação a qualquer tempo, ainda que depois do julgamento e classificação, bem como desistir de adjudicar os serviços de engenharia objeto desta licitação, sem que disso resulte qualquer direito à reclamação ou indenização de qualquer espécie, por parte das firmas licitantes, quer por via administrativa quer por via judicial.

17.3 - A CPL é autônoma para dirimir quaisquer conflitos suscetíveis envolvendo as firmas licitantes inclusive para decidir sobre todas as matérias inerentes a este Edital, ressalvados os casos de recursos em segunda instância, legalmente previstos. É também facultado à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

17.4 - É facultado à Comissão, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

17.5 - O IFS exigirá que o engenheiro responsável pela obra da firma vencedora desta licitação assine todos os dias, o "DIÁRIO DE OBRA " com registro de todas as ocorrências da mesma, mantendo contato diário com a Fiscalização da mesma.

17.6 - Os interessados que tiverem dúvidas de ordem técnica ou legal dos termos desta licitação, serão atendidos na Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos/IFS, para os esclarecimentos necessários.

17.7 - Não serão aceitos sob nenhuma hipótese, variantes que visem às modificações do projeto original, no todo ou em parte, exceto quando aprovado por escrito pela DIPOP/IFS.

17.8 - Não serão permitidos consórcios.

17.9 - Não haverá inabilitação ou desclassificação por formalismos irrelevantes, conforme julgamento da Comissão de Licitação.

17.10 - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data do orçamento da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme a causa, nos termos do parágrafo 5º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

17.11 - Esclarecimentos administrativos adicionais acerca desta Concorrência Pública poderão ser obtidos na Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos no horário das 8 horas às 11h30 e das 14 horas às 17 horas ou mediante os telefones (079)3711-3186/3139.

17.12 - O Edital com seus anexos e peças técnicas (projeto básico, plantas e demais projetos) poderão ser retirados no site www.ifs.edu.br > *acesso a informação>licitações de engenharia>concorrência>ano 2013*. Também podem ser adquiridos no endereço constante nos itens 3.1 e 4.6 deste instrumento convocatório, por meio da Coordenadoria de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia, telefone: (79) 3711-3186.

17.13 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

17.14 - Este edital e seus anexos são complementares entre si, de forma que o que faltar em um documento é suprido pelo outro.

17.15 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Projeto Básico com Especificações Técnicas;

Anexo II – Qualificação Técnica e Econômico-Financeira;

Anexo III – Orçamento Estimativo;

Anexo IV – Composição Estimada do BDI;

Anexo V – Composição Estimada de Encargos Sociais;

Anexo VI – Planilha de Composição da Administração Local;

Anexo VII – Cronograma Físico-Financeiro;

Anexo VIII – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

Anexo IX – Modelo de Declaração de Vistoria;

Anexo X – Modelos de Declaração (Fato Superveniente e de Menor);

Anexo XI - Minuta de Contrato.

Anexo XII –Plantas e Projetos disponíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 - O FORO competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na relação contratual a ser firmada, com base no objeto desta licitação, é o da Justiça Federal, seção judiciária de Aracaju – Estado de Sergipe, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Aracaju (SE), 08 de outubro de 2013

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

ANEXO I

PROJETO BÁSICO COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A	OBJETO Contratação de serviços de complementação/conclusão da construção do <i>campus</i> do município de Itabaiana (SE), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, conforme especificações técnicas constantes no Projeto Básico e demais peças técnicas integrantes deste Edital.
B	JUSTIFICATIVA Serviços necessários e imprescindíveis à execução da complementação/conclusão da Construção do Campus Itabaiana do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, obra da 2ª fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, paralisada desde 2010.
C	VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: O valor global estimado, orçado pelo IFS, para a execução da obra é de R\$ 6.490.235,44 (seis milhões, quatrocentos e noventa mil, duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), considerado o preço máximo. ADJUDICAÇÃO DO OBJETO: (X) Global () Por Item EMPREITADA: () Preço Global (X) Preço Unitário
D	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Os recursos para cobrir as despesas decorrentes do objeto desta licitação estão consignados no Orçamento da União previsto para o exercício de 2013, Programas de Trabalho 12363203120RL0028 (funcionamento das instituições) e 12363203120RG0028 (expansão e reestruturação), PTRES 62551 e 62556, Fonte 0112000000, Natureza de Despesa 44.90.51-91.
E	GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL A licitante vencedora prestará Garantia de Execução, dentre as seguintes modalidades: seguro-garantia, fiança bancária, caução em dinheiro ou título da dívida pública, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato. A Garantia de Execução Contratual será liberada e restituída pelo IFS à Licitante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis do efetivo cumprimento das obrigações contratuais.
F	PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA O prazo previsto de execução dos serviços é de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço emitida pela Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos/IFS, podendo tal prazo ser prorrogado mediante justificativa por escrito e previamente autorizado pela Administração.
G	PRAZO DE GARANTIA DA OBRA A garantia dos serviços deverá ser de 5 (cinco) anos.

H	LOCAL DE EXECUÇÃO Avenida Padre Airton Gonçalves de Lima, Bairro São Cristóvão, Itabaiana (SE).
----------	---

I	UNIDADE FISCALIZADORA Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos (DIPOP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. A nota fiscal será atestada por servidor da DIPOP, oficialmente designado pela Administração.
----------	--

J	<p>PAGAMENTO</p> <p>Os serviços serão pagos de acordo com o cronograma elaborado pela DIPOP (e desde que a fiscalização ateste a satisfatória execução dos serviços). A Contratada apresentará nota fiscal/fatura, para fins de liquidação e pagamento. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, após a aferição do cumprimento da execução dos serviços contratados e da respectiva documentação fiscal, condicionada, ainda, à adimplência fiscal do contratado, verificada em relatório obtida por consulta direta ao SICAF. Caso seja constatada qualquer irregularidade, o pagamento poderá ser retido, até a normalização, sem que isso acarrete ônus adicionais para o IFS (Artigo 55, inciso XIII da Lei nº 8666/93). Caso o pagamento seja efetuado após o prazo citado caberá a incidência de encargos por inadimplência do IFS, definidos em lei, até a data efetiva do pagamento. A inadimplência será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:</p> $I = \frac{TX}{365} \times 100$ <p>EM = I x N x VP, onde:</p> <p>I = Índice de atualização financeira;</p> <p>TX = Percentual da taxa de juros de mora anual (6%);</p> <p>EM = Encargos moratórios;</p> <p>N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;</p> <p>VP = Valor da parcela em atraso.</p>
----------	---

L	<p>OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR</p> <p>São obrigações do licitante vencedor:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 - cumprir, fielmente, suas prestações contratuais em conformidade com os termos da Concorrência, dos seus anexos e da proposta; 2 - responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à Fiscalização ou ao acompanhamento pela Contratante; 3 - assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria; 4 - assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto da Concorrência; 5 - não opor embaraços ao acompanhamento e à fiscalização da execução contratual por parte do representante da Contratante, devendo
----------	---

prestar todas as informações requeridas e atender às determinações do fiscal para a correção de eventuais vícios encontrados;

6 - arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Contratante;

7- manter documentação regular durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas durante todo o processo da contratação;

8 - reparar, corrigir, remover, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado no qual se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

9 - responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto desta licitação, em suas quantidades e qualidades exigidas e conforme a Concorrência e seus anexos;

10- prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, durante a execução dos serviços;

11 - manter, durante a execução dos serviços, pessoal devidamente uniformizado, em boas condições de higiene e segurança, e devidamente identificado. Manter sempre os locais de trabalho limpos;

12 - fornecer Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, apropriados para o exercício das atividades profissionais, como exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MT, oferecendo treinamento adequado aos usuários;

13 - cuidar para que todas as partes das obras e a própria obra permaneçam sempre limpas e arrumadas, com os materiais estocados e empilhados em local e de forma apropriados. Providenciar, ainda, a retirada imediata de detritos dos acessos e das áreas e vias adjacentes e internas que tenham resultado de operações relativas às obras;

14 - fazer a remoção de todo entulho para fora da obra e local permitido pelo órgão de controle municipal;

15 - observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança, prevenção de acidentes e incêndios no desempenho de cada etapa das funções específicas;

16 - submeter à aprovação da fiscalização do IFS amostras dos materiais a serem empregados, os quais deverão ser novos, de primeira qualidade e de acordo com as especificações. Cada lote ou partida de material será confrontado com respectiva amostra, previamente aprovada pela Fiscalização. As cores de quaisquer materiais e pinturas a serem executados na obra serão definidos ou confirmados pela fiscalização no momento oportuno, ouvido o autor do projeto. Se julgar necessário, a fiscalização poderá solicitar à Contratada a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos materiais empregados. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela Contratada sem ônus para a Contratante, e executados por laboratórios aprovados por esta;

17 - providenciar Diário de Obra, dotado de páginas numeradas e em três vias, onde serão registradas todas as atividades, ocorrências, entrada de materiais e equipamentos e demais fatos relevantes relativos aos serviços de construção;

18 - observar as demais obrigações contidas nas Especificações Técnicas

19 - outras obrigações previstas na Lei nº 8.666/93 e no Código de

Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

É vedado ao licitante vencedor:

- a) contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do IFS durante o fornecimento do produto;
- b) veicular publicidade do contrato firmado com o IFS sem prévia aquiescência deste;
- c) subcontratar outra empresa para a execução dos serviços não permitidos para a subcontratação.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O IFS se obriga a:

- a) efetuar o pagamento da Contratada na forma e prazo estipulados no instrumento contratual;
- b) acompanhar e fiscalizar a execução contratual em conformidade com o art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;
- d) impedir que terceiros, sem autorização, executem os serviços objeto da licitação;
- M** e) não aceitar o objeto que esteja fora das especificações Contratadas;
- f) comunicar imediatamente à Contratada qualquer irregularidade manifestada na execução do contrato;
- g) Verificar, antes do pagamento à Contratada, a comprovação da regularidade do cadastramento da Contratada perante suas obrigações fiscais. Em caso de irregularidade o setor financeiro do IFS encaminhará informação à Coordenadoria de Contratos que providenciará advertência, por escrito, para que no prazo máximo de 30 (trinta) dias a Contratada regularize sua situação, ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato, sem prejuízo das sanções legais e administrativas. Este prazo poderá ser prorrogado a critério da Administração.

SUBCONTRATAÇÃO

- N** **A subcontratação será permitida até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, exceto para os itens relevantes em que se exige a qualificação técnica (profissional e operacional), e desde que previamente autorizada pela fiscalização da Contratante.**

PROJETO BÁSICO COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS ITABAIANA (IFS)

OBJETO

Contratação empresa para execução dos serviços de complementação/conclusão da Construção do Campus Itabaiana, conforme especificações técnicas constantes este Projeto Básico.

JUSTIFICATIVA

Os serviços solicitados são necessários e imprescindíveis à execução dos serviços de complementação/conclusão da Construção do Campus Itabaiana do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, obra da 2ª fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, paralisada desde 2010.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A presente especificação estabelece as condições técnicas básicas que devem ser obedecidas no fornecimento de materiais e na execução da obra.

A execução de todos os serviços deve estar rigorosamente de acordo com os projetos, memoriais, detalhes e prescrições contidas nas presentes Especificações e Normas Técnicas da ABNT.

Na existência de serviços não especificados, a EMPREITEIRA somente poderá executá-los após parecer favorável da FISCALIZAÇÃO.

RELACIONAMENTO CONTRATANTE – EMPREITEIRA

A obra será fiscalizada por pessoal pertencente à Contratante, ou por pessoa física ou jurídica por ela designada, doravante indicada pelo nome de FISCALIZAÇÃO.

Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, por qualquer elemento da EMPREITEIRA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições destas Especificações e do Contrato, bem como de tudo que estiver contido no Projeto, nas Normas, Especificações e Métodos da ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.

A EMPREITEIRA deve acatar de modo imediato as ordens da FISCALIZAÇÃO, dentro destas Especificações e do Contrato.

Ficam reservados à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso, omissos, não previsto no Contrato, nestas Especificações, no Projeto e em tudo o mais que, de qualquer forma, se relacione ou venha a se relacionar, direta ou indiretamente, com a obra em questão e seus complementos.

A EMPREITEIRA deve ter e colocar à disposição da FISCALIZAÇÃO, permanentemente, os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços

executados bem como a inspeção das instalações da obra, dos materiais e dos equipamentos, independentemente das inspeções de medições para efeito de faturamento e, ainda, do estado da obra e do canteiro de trabalho.

A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da EMPREITEIRA no que concerne às obras e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o Contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

A FISCALIZAÇÃO pode exigir da EMPREITEIRA, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra.

Pela EMPREITEIRA, a condução geral da obra deve ficar a cargo de pelo menos um ENGENHEIRO, registrado no CREA. Esse Engenheiro deve ser auxiliado, em cada frente de trabalho, por um Encarregado devidamente habilitado. Antes do início dos serviços a EMPREITEIRA deve apresentar oficialmente à CONTRATANTE o seu quadro técnico responsável pela obra. Quaisquer modificações devem ser comunicadas previamente à FISCALIZAÇÃO para conhecimento e aprovação.

Todas as ordens dadas pela FISCALIZAÇÃO ao(s) Engenheiro(s) condutor(es) da obra devem ser consideradas como se fossem diretamente à EMPREITEIRA; por outro lado, todo e qualquer ato efetuado ou disposição tomada pelo(s) referido(s) Engenheiro(s), ou ainda omissões de responsabilidade do(s) mesmo(s), devem ser consideradas para todo e qualquer efeito como tendo sido da EMPREITEIRA.

O(s) Engenheiro(s) condutor(es) da obra e os encarregados, cada um no seu âmbito respectivo, devem estar sempre em condições de atender à FISCALIZAÇÃO e prestar-lhe todos os esclarecimentos e informações sobre o andamento dos serviços, a sua programação, as peculiaridades das diversas tarefas e tudo o mais que a FISCALIZAÇÃO reputar necessário ou útil e que se refira diretamente à obra e suas implicações.

O quadro de pessoal da EMPREITEIRA empregado na obra deve ser constituído de elementos competentes, hábeis e disciplinados, qualquer que seja a sua função, cargo ou atividade. A EMPREITEIRA é obrigada a afastar imediatamente do serviço e do local de trabalho todo e qualquer elemento julgado pela FISCALIZAÇÃO com conduta inconveniente e que possa prejudicar o bom andamento da obra, a perfeita execução dos serviços e a ordem geral do canteiro.

A FISCALIZAÇÃO tem plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente por motivos técnicos, de segurança, disciplinares ou outros. Em todos os casos, os serviços só podem ser reiniciados por outra ordem da FISCALIZAÇÃO.

A EMPREITEIRA não pode executar qualquer serviço que não seja autorizado pela FISCALIZAÇÃO, salvo os eventuais de emergência.

A EMPREITEIRA deve manter permanentemente na obra um livro para registro diário de todas as ocorrências relacionadas com a obra. Tal livro deve ter folhas numeradas, em duas vias, e destacáveis, e devem ser rubricadas pela FISCALIZAÇÃO.

A citação específica de uma norma, especificação, etc. em algum item, não elimina o cumprimento de outras aplicáveis ao caso.

Antes da entrega das obras devem ser reparados pela EMPREITEIRA todos os defeitos e avarias verificados nos serviços acabados, qualquer que seja a causa que os tenham produzido, ainda que este reparo importe na remoção integral dos serviços executados.

RESPONSABILIDADE DA EMPREITEIRA

A responsabilidade da Empreiteira é integral para a obra contratada nos termos do Código Civil Brasileiro.

A presença da fiscalização não implica na diminuição da referida responsabilidade por parte da empreiteira.

É de inteira responsabilidade da Empreiteira, a reconstituição de quaisquer danos e avarias causados a serviços realizados, motivados pela Construção, inclusive aos de viação e urbanização.

A Empreiteira tomará as precauções e cuidados necessários, no sentido de garantir inteiramente a estabilidade das estruturas, elevações, equipamentos, mobiliários, canalizações e redes que possam ser atingidas, pavimentação das áreas adjacentes e outras propriedades de terceiros, e ainda, à segurança dos operários e transeuntes, durante a execução de todas as etapas da obra, pois qualquer dano, avaria, trincadura, etc., causados a serviços ali existentes, serão de inteira e única responsabilidade da Empreiteira, e que as despesas efetuadas na reconstituição de qualquer serviço, correrão por sua conta.

Todo e qualquer serviço mencionado e qualquer documento que venha a integrar o Contrato (plantas, cortes, fachadas, detalhes, memorial, especificações, etc.), será executado obrigatoriamente sob a responsabilidade do empreiteiro, inclusive projetos de coberturas, estrutural, etc., detalhes construtivos e outros que não estiverem incluídos nos planos da CONTRATANTE, sob pena de embargo.

Caberá a Empreiteira verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos pela CONTRATANTE, comunicando a esta qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada, que desaconselhe ou impeça a sua execução. A não observância destes dispositivos, transferirá à Empreiteira todas as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos. Caberá, outrossim, à Empreiteira a elaboração dos detalhes construtivos necessários aos trabalhos e que não estejam incluídos nos planos fornecidos pela CONTRATANTE.

Deve a Empreiteira facilitar por todos os meios, os trabalhos da Fiscalização, mantendo inclusive no escritório (local da obra), em lugar adequado, em perfeita ordem e em bom estado de conservação uma cópia completa de todos os projetos, detalhes, especificações, memorial, caderno de obras, ordem de serviço e livro de ocorrência.

Deverá a Empreiteira efetuar a limpeza periódica da obra com a remoção dos entulhos resultantes, tanto no interior da mesma, como no canteiro de serviço.

No caso de não estarem os trabalhos sendo conduzidos perfeitamente de acordo com os desenhos, detalhes, especificações e instruções fornecidas, ou aprovadas, ou de modo geral com as regras da arte de construir, poderá esta CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como a demolição e reconstrução dos mesmos, que será realizada pela Empreiteira. Do mesmo modo, deverão ser removidos do canteiro de obras, pela Empreiteira, os materiais resultantes dessas demolições e aqueles que não atenderem aos padrões de aceitação estabelecidos.

A EMPREITEIRA é responsável, até o final das obras, pela adequada manutenção e boa apresentação dos canteiros de trabalho e de todas as suas instalações, inclusive cuidados higiênicos com os compartimentos sanitários do pessoal e conservação dos pátios internos. Ficando ao seu encargo, também, a limpeza das instalações, móveis e utensílios das dependências da FISCALIZAÇÃO, bem como a reposição do material de consumo necessário (carga do extintor de incêndio, produtos para higiene do ambiente e pessoal, etc.).

A EMPREITEIRA deverá fotografar o local da obra antes, durante e após a execução da mesma, entregando a fiscalização, todas as fotografias tiradas ou o CD constando as mesmas.

RECOMENDAÇÕES A FISCALIZAÇÃO DA OBRA

Por se tratar de uma obra de conclusão que estava paralisada desde 2010, é necessário que a fiscalização da obra verifique os quantitativos *in loco* dos serviços executados, já que por alguns serviços não poderão ser precisados com exatidão na elaboração deste projeto básico, como por exemplo o reboco de 1,50 cm, 3,0 cm e 4,5 cm.

LICENÇAS, TAXAS, MULTAS E DEMAIS CONTRIBUIÇÕES

As licenças e multas cobradas pelos órgãos públicos, associações, conselhos e entidades afins, impostos e selagens, serviços auxiliares, ligações provisórias e definitivas de todas as instalações, serão por conta do empreiteiro, como também com referência ao CREA, INSS, FGTS, e etc.

REGISTRO DA OBRA NO CREA E NO INSS

Os registros no CREA e no INSS devem ser efetuados em tempo hábil, pela empreiteira, apresentando cópias das matrículas em ambos os órgãos, à fiscalização.

DOS PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO DAS ETAPAS DE SERVIÇOS

Todas as etapas de todos os subsistemas construtivos serão executadas de acordo com as normas técnicas da ABNT e conforme os procedimentos executivos constantes no sistema ORSE da CEHOP/SE e/ou do sistema SINAPI da CEF.

SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRATIVOS

1. DOS SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1. MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

Serão implantados pelo empreiteiro todos os serviços necessários à instalação e da obra e correrão pôr conta exclusiva do mesmo todas as despesas com instalações provisórias e da desmobilização.

1.2. PLACA DA OBRA

A EMPREITEIRA deverá fornecer e colocar, em local determinado pela FISCALIZAÇÃO, placas de identificação da obra em chapa zincada, de acordo com modelo fornecido pela FISCALIZAÇÃO.

Nos canteiros das obras ou próximos a eles só podem ser colocadas placas da EMPREITEIRA, ou de eventuais sub-empreiteiros ou firmas fornecedoras, após prévio consentimento da FISCALIZAÇÃO, principalmente no que se refere à sua localização.

1.3. LIMPEZA DO TERRENO

Toda área destinada às construções acrescidas de alargamentos necessários receberá os serviços de roçagem, cortes ou aterros, caso sejam pertinentes à

instalação da obra, a critério da fiscalização. Nos serviços de limpeza e roçagem, todo o material vegetal, árvores e troncos existentes serão extraídos e removidos.

Na hipótese da existência de formigueiros ou cupins, estes serão exterminados através de firma especializada ou orientação profissional de Biólogos. Na hipótese da existência de ônus para esses trabalhos técnicos caberá à construtora assumi-los. Todo corte de árvores será procedido simultaneamente com o bota fora.

Acidentes de trânsito causados pelos equipamentos e veículos da empresa serão unicamente da sua responsabilidade.

Materiais de aterros eventualmente requeridos pela terraplanagem ou remoção de entulhos serão em areia branca quartzosa, fina, sem sais solúveis, isenta de matéria orgânica, silte ou argila e serão copiosamente adensadas em camadas de 15 cm cada e posterior saturação com água e vibração mecânica.

Qualquer elemento construído na área de implantação da obra (redes de água, esgoto, elétrica, pluvial, telefone, etc.) deverá ser removido para fora da área de construção, mantendo-se as características originais, sem prejuízo do seu funcionamento.

1.4. LIMPEZA COM VARRIÇÃO E REMOÇÃO DE ENTULHOS

A área já construída deverá ser limpa com varrição e remoção de entulhos e outros materiais, encontrados na área.

1.5. COLETA E CARGAS MANUAIS E TRANSPORTE

Todos os materiais provenientes das demolições e remoções deverão ser retirados das áreas da escola e destinados para local adequado.

2. CANTEIRO DE OBRA

Deverá ser executado barracão de obra para depósito de materiais e ferramentas, conforme composições e procedimentos de execução e materiais constantes no sistema ORSE.

3. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Todas as providências necessárias ao início da obra deverão ser tomadas pela empreiteira, tais como a seleção e contratação de pessoal, transporte de pessoal, materiais e equipamentos, inclusive a sua instalação.

Este item refere-se a administração local da obra, incluindo engenheiro residente, encarregado ou mestre de obra e o engenheiro residente, computadores e periféricos, vigia, móveis para escritório, material gráfico, administrador para a obra, internet, máquinas de fotografia e outros custos a detalhar na composição unitária de preços relativos a administração, financeiro e técnico de acordo com a estrutura da empresa e da obra.

As obras serão obrigatoriamente dirigidas por engenheiro residente, podendo a pedido da FISCALIZAÇÃO permanecer em tempo integral no canteiro de obras. Pelo engenheiro residente deverão ser feitas todas as comunicações entre a FISCALIZAÇÃO e o construtor. Será obrigatória, também, a presença de um mestre-de-obras e/ou encarregado de obras com experiência comprovada, bem como profissionais para outras funções tais como vigilância, serviços de escritório, distribuição e guarda de ferramentas e outros mais necessários.

Também poderá a FISCALIZAÇÃO a seu critério exigir a substituição de qualquer profissional que não esteja se portando de acordo com a posição que ocupa.

Serão empregados profissionais em número compatível com o bom andamento dos serviços, de comum acordo com a FISCALIZAÇÃO. A vigilância do canteiro de obras será de exclusiva competência do construtor, não cabendo ao Proprietário nenhuma responsabilidade sob qualquer fato ocorrido neste sentido

O pagamento da administração será proporcional à evolução da obra.

4. SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO

Serão executados conforme laudo técnico pericial da estrutura e orientações da fiscalização da obra.

Todos os materiais provenientes das demolições e remoções deverão ser retirados das áreas da escola e destinados para local adequado.

5. LIGAÇÃO PROVISÓRIA DE ÁGUA

O empreiteiro deverá providenciar a ligação provisória de água, arcando com todos os custos desta.

6. LIGAÇÃO PROVISÓRIA DE ENERGIA

O empreiteiro deverá providenciar a ligação provisória de energia, arcando com todos os custos desta.

PRÉDIO DA ESCOLA

1. DOS SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1. LOCAÇÃO DA OBRA

As locações serão executadas a partir do alinhamento e do nível de implantação da obra a serem fornecidos pela fiscalização, após as etapas de serviço referentes à limpeza e execução do aterro da área.

O gabarito deverá ser executado com tábuas de 20cm x 3cm, em toda a volta da obra com afastamento de aproximadamente 1,50m. Além do perímetro, o gabarito poderá ser executado em outros alinhamentos intermediários, a critério da fiscalização, se assim julgar seguro e conveniente. Os pontaletes de sustentação das tábuas, deverão ter seção mínima 10 x 10cm, estar apurados e cravados no solo de modo a resistirem à tensão dos fios sem oscilação e sem sair da posição previa.

Este gabarito deverá formar um esquadro em todos os seus cantos, travados com mãos-francesas e afastado 1,50m da face da parede externa, de forma a permitir o posicionamento da construção com as informações materializados dos eixos de fundações, pilares e paredes. Deve-se admitir como transcritos o método executivo, critérios de controle e critérios de medição e pagamento constante da especificação do "ORSE".

Todo e qualquer engano de cota e/ou alinhamento na locação será de inteira responsabilidade do Empreiteiro ficando a mesma obrigada em executar as devidas correções mesmo que para isso sejam necessárias demolições de serviços já concluídos.

O engenheiro responsável deverá atestar e aprovar sempre a locação de cada unidade construtiva, antes do início de qualquer fase da obra.

A cota do piso pronto será definida pelos projetos executivos apresentados, ficando a critério da fiscalização qualquer alteração nesta.

2. FUNDAÇÃO

A infraestrutura da ampliação deverá ser em concreto armado com fck mínimo de 25 MPa, e sua execução conforme normas da ABNT pertinentes. A critério da fiscalização poderá ser exigidos ensaios para verificar a resistência do concreto.

1.1. ESCAVAÇÃO

A escavação deverá ser manual, alinhadas e com verticalidades a fim de que seja executada uma fundação dentro das normas de escavação.

As escavações para instalação dessas fundações deverão ser previamente marcadas por pessoas que tenham conhecimento técnico para tal serviço de preferência um topógrafo ou na falta desse um nivelador.

Ao se atingir a cota desejada, o fundo da escavação será regularizado e limpo.

1.2. LASTRO DE CONCRETO

Será executado abaixo das sapatas lastro de concreto na espessura mínima de 5cm (cinco centímetros).

1.3. ATERRO

Será executado na área da ampliação que não exista piso cimentado, afim de regularização.

O construtor deverá executar a aterro com material de jazida ou areia fina para aterro, inclusive aquisição e escavação na jazida, transporte, seguindo as orientações da equipe fiscalizadora.

Deverá ser apresentada a fiscalização uma amostra do material que será executado o aterro para aprovação do material.

Os materiais da fundação de aterro são aceitos desde que atendam a seguinte condição as areias devem ser isentas de matéria orgânica e deve apresentar no máximo 15% do material passando na peneira n.º40.

1.4. CAMADA IMPERMEABILIZADORA

Será executado na área da ampliação a fim de nivelar o piso existente com o novo piso.

A camada impermeabilizadora será em concreto na espessura de 7 cm (sete centímetros).

A garantia do controle geométrico será feita após a regularização do aterro, definição de mestras e posterior nivelamento através de aparelho a laser ou nível Alemão.

A fiscalização deve ser convocada para o acompanhamento contínuo do nivelamento a laser, ou nível Alemão.

A camada impermeabilizadora encimará a superfície superior das vigas baldrames, isto é: a camada impermeabilizadora sobreporá a superfície superior da viga baldrame.

A não observância destes detalhes construtivos implicará na retirada de toda a camada eventualmente lançada.

Na hipótese do construtor optar sua programação de execução da superestrutura após conclusão da camada impermeabilizadora, dever-se-á executar inicialmente os trechos de saída dos pilares em concreto estrutural com "fck" da superestrutura, na forma de damas em dimensões suficientes para a colocação dos futuros gachos. Após a confecção e cura dessas damas, dar-se-á início a execução da camada impermeabilizadora propriamente dita. Na interface damas e camada impermeabilizadora, existirão juntas estruturais. A finalidade desse procedimento é evitar o risco do uso de concreto magro nos Pilares Estruturais.

1.5. ALVENARIA DE PEDRA

Deverão ser selecionadas pedras de boa qualidade, não sendo admitido o uso de material em estado de decomposição ou provenientes de capa de pedreira.

O assentamento será feito, preferencialmente com argamassa no traço T4 (1:5 de cimento e areia).

As pedras serão assentadas lado a lado formando uma camada horizontal, em seguida, a superfície formada será umedecida em toda sua extensão. Será então, lançada uma camada de argamassa, de modo a possibilitar a aderência com a camada subsequente. Os espaços maiores, permitindo um melhor preenchimento dos vazios entre elas, aumentando, assim a segurança da estrutura. Deste modo, em camadas sucessivas, o maciço será executado até atingir a altura indicada no projeto.

1.6. CONCRETO ARMADO

Toda a fundação será em concreto armado com Fck mínimo de 25MPa.

A armadura deverá ser montada no interior das formas de modo que se mantenha firme durante o lançamento do concreto, conservando-se inalteradas as distâncias das barras entre si e as faces internas das formas, sendo conferida pela fiscalização, antes da concretagem.

O transporte do concreto ao local a concretar, será feito tão rapidamente quanto o possível e os meios utilizados não devem acarretar a segregação dos elementos constituintes ou perda de algum deles.

Nas interrupções da concretagem será deixada uma superfície rugosa. Ao ser iniciada a concretagem as superfícies já endurecidas deverão ser limpas de elementos soltos, molhadas e tomadas com argamassa rica. As interrupções deverão ser feitas nos pontos de solicitação mínima.

O adensamento deve ser vibratório e cuidadoso para que o concreto envolva completamente a armadura e atinja todos os recantos da forma.

A cura e o sazonalamento serão procedidos, mantendo-se molhada a estrutura durante os tempos mínimos para a retirada das formas como disposto no item formas, escoramentos e desmoldamentos.

O tem para retirada das formas será conforme o especificado na NBR6118.

A execução deverá obedecer às normas da ABNT.

1.7. REATERRO

Devera ser executado o reaterro da manual das áreas da fundação, com espalhamento e compactação, utilizando compactador à percussão/sapinho.

3. SUPERESTRUTURA

A estrutura da ampliação deverá ser em concreto armado com fck mínimo de 25 MPa, e sua execução conforme normas da ABNT pertinentes. A critério da fiscalização poderá ser exigidos ensaios para verificar a resistência do concreto.

3.1. CONCRETO ARMADO

A armadura deverá ser montada no interior das formas de modo que se mantenha firme durante o lançamento do concreto, conservando-se inalteradas as distâncias das barras entre si e as faces internas das formas, sendo conferida pela fiscalização, antes da concretagem.

O transporte do concreto ao local a concretar, será feito tão rapidamente quanto o possível e os meios utilizados não devem acarretar a segregação dos elementos constituintes ou perda de algum deles.

Nas interrupções da concretagem será deixada uma superfície rugosa. Ao ser iniciada a concretagem as superfícies já endurecidas deverão ser limpas de elementos soltos, molhadas e tomadas com argamassa rica. As interrupções deverão ser feitas nos pontos de solicitação mínima.

O adensamento deve ser vibratório e cuidadoso para que o concreto envolva completamente a armadura e atinja todos os recantos da forma.

A cura e o sazonalamento serão procedidos, mantendo-se molhada a estrutura durante os tempos mínimos para a retirada das formas como disposto no item formas, escoramentos e desmoldamentos.

As fôrmas serão em compensados para concreto, industrializadas segundo as Normas da ABNT e com período de reutilização requerido para a perfeição do controle geométrico, textura superficial, alinhamentos e planicidades imperiosas e espessura mínima compatível ao projeto de formas. As peças de contraventamento serão em Pinho de qualidade compatível com o requerido em Projeto.

A execução deverá obedecer às normas da ABNT.

3.2. RECUPERAÇÃO DE ARMADURAS

Onde for necessário deverá ser promovida a recuperação de armaduras de concreto armado, inclusive lixamento e proteção com tinta Nitoprimer.

3.3. ADESIVO ESTRUTURAL

Onde for necessário deverá ser promovida a aplicação de adesivo estrutural base resina epoxi, Compound Adesivo, Vedacit ou similar, aplicação em chumbamento e colagem dos mais diversos materiais de construção.

3.4. LAJE PRÉ-MOLDADA

Deverá ser executada no banheiro de deficientes físicos para a sustentação das caixas d'água, conforme projeto.

A armadura deverá ser montada no interior das formas de modo que se mantenha firme durante o lançamento do concreto, conservando-se inalteradas as distâncias das barras entre si e as faces internas das formas, sendo conferida pela fiscalização, antes da concretagem.

O transporte do concreto ao local a concretar, será feito tão rapidamente quanto o possível e os meios utilizados não devem acarretar a segregação dos elementos constituintes ou perda de algum deles.

Nas interrupções da concretagem será deixada uma superfície rugosa. Ao ser iniciada a concretagem as superfícies já endurecidas deverão ser limpas de elementos soltos, molhadas e tomadas com argamassa rica. As interrupções deverão ser feitas nos pontos de solicitação mínima.

O adensamento deve ser vibratório e cuidadoso para que o concreto envolva completamente a armadura e atinja todos os recantos da forma.

A cura e o sazonalamento serão procedidos, mantendo-se molhada a estrutura durante os tempos mínimos para a retirada das formas como disposto no item formas, escoramentos e desmoldamentos.

As fôrmas serão em compensados para concreto, industrializadas segundo as Normas da ABNT e com período de reutilização requerido para a perfeição do controle geométrico, textura superficial, alinhamentos e planicidades imperiosas e espessura mínima compatível ao projeto de formas. As peças de contraventamento serão em Pinho de qualidade compatível com o requerido em Projeto.

4. ELEVAÇÃO

4.1. ALVENARIA DE BLOCO CERÂMICO

Serão usados blocos cerâmicos furados nas dimensões 9 x 19 x 24 cm, de qualidade aceita pela fiscalização e atenderá as normas da ABNT ou certificados por entidades credenciadas pelo INMETRO.

As juntas de assentamento horizontais e verticais serão argamassadas no traço 1:2:9 (cimento, cal hidratada e areia) e na espessura máxima de 1,5 cm.

Deverão ser usados escantilhões na execução das alvenarias, bem como gabaritos metálicos, bisnagas ou desempenos. Andaimos porta masseiras telescópios serão utilizados.

O controle de qualidade das alvenarias será feito pelos procedimentos e itens de controle, durante a execução, pela fiscalização.

Na hipótese de utilização de tijolos maciços esses serão de qualidade de acordo com as normas.

A última fiada deverá terminar a 2 ou 3 cm dos fundos das vigas (aperto da alvenaria). Estes apertos das alvenarias com os fundos das vigas e lajes, somente deverá ser executado após conclusão da superestrutura acima e também com no mínimo 30 dias de executadas as alvenarias. A argamassa do aperto será em cimento, cal e areia bastante pobre de cimento e bastante flexível, para escoar pelas bisnagas.

Deverão ser colocadas vergas de concreto armado nas aberturas de vão com pelo menos 15 cm para cada lado e compatíveis com a espessura do bloco.

4.2. CINTAS E VERGAS

Serão fornecidas e assentadas vergas acima das esquadrias, em concreto armado pré-moldado $f_{ck}=15$ mpa, seção 9x12cm.

4.3. COMBOGÓ

Nos locais indicados no projeto arquitetônico deverão ser fornecidos e assentados combogó de argamassa de cimento, regular, nas dimensões de 20x20cm.

5. COBERTURA

5.1. DETALHAMENTO

Deverá ser elaborado o detalhamento da estrutura metálica, compatível com especificações do SINAPI/ORSE.

5.2. ESTRUTURA METÁLICA

A estrutura metálica deverá ser executada seguindo as premissas básicas do SINAPI/ORSE. A execução deverá ser conforme normas da ABNT.

5.3. TELHAMENTO COM TELHA DE ALUMÍNIO, TIPO SANDUÍCHE

O telhamento será com telha de alumínio dupla, trapezoidal, tipo sanduíche 0,6mm pré pintada em duas faces, com isolamento de espuma rígida de poliuretano 30mm pintada. As cores serão definidas pela fiscalização.

5.4. RUFOS EM PLACA DE CONCRETO

Os rufos serão em placas de concreto armado $f_{ck} \geq 20$ Mpa, moldadas "in loco", devendo ter as seguintes dimensões mínimas: espessura de 5 cm e largura de 30 cm.

Deverão ser executados de forma a permitir que as telhas sejam retiradas sem interferência.

As junções das empenas com o telhado deverão estar totalmente vedados.

Os locais de assentamento serão aqueles definidos nos projetos de cobertura.

5.5. CALHA

A calha será em chapa de alumínio lisa nº26, $e=0,46$ mm.

5.6. PINTURA

A estrutura metálica será pintada com a aplicação de 01 demão de primer epoxi rico em zinco, $e = 35$ micra e com 02 demãos de esmalte ou óleo sobre superfícies metálicas. As cores serão definidas pela fiscalização.

5.7. IMPERMEABILIZAÇÃO

A cobertura da casa de gás será impermeabilizada com vedapren branco ou similar, para lajes, 06 demãos.

6. COBERTURA COM ESTRUTURA METÁLICA

6.1. DETALHAMENTO

Deverá ser elaborado o detalhamento da estrutura metálica, compatível com especificações do SINAPI/ORSE.

6.2. ESTRUTURAMETÁLICA

A estrutura da biblioteca será em estrutura tipo espacial em alumínio anodizado.

A estrutura metálica deverá ser executada seguindo as premissas básicas apresentadas em projeto. A execução deverá ser conforme normas da ABNT.

6.3. TELHAMENTO COM TELHA DE ALUMÍNIO, TIPO SANDUÍCHE

O telhamento será com telha de alumínio dupla, trapezoidal, tipo sanduíche 0,6mm pré-pintada em duas faces, com isolamento de espuma rígida de poliuretano 30mm pintada

6.4. CALHA

A calha será em chapa de alumínio.

7. FORRO

O forro será em PVC, em régua de 10 ou 20 cm (a critério da fiscalização), aplicado, inclusive estrutura para fixação (perfis em aço galvanizado e "T" invertido), seguindo projeto arquitetônico.

8. DIVISÓRIAS

8.1. DRYWALL

Na área interna da edificação deverão ser instaladas divisórias de gesso acartonado (drywall), sistema Lafargegypsum, com todos os acessórios necessários a sua montagem, conforme planta de layout.

8.2. GRANITO

As divisórias dos sanitários serão em granito cinza andorinha polido, e=2cm, inclusive montagem com ferragens.

9. REVESTIMENTO

9.1. APICOAMENTO DE PAREDE

As paredes já rebocadas que receberão revestimento cerâmica deverão ser previamente apicoadas para posteriormente receber a cerâmica, acriterio da fiscalização.

9.2. CHAPISCO EM PAREDE

Todas as superfícies que precisem ser revestidas serão chapiscadas com argamassa 1:3 (cimento e areia).

9.3. REBOCO INTERNO EM PAREDE

Todas as superfícies que precisem ser pintadas e aplicadas revestimentos cerâmicos ou outro qualquer tipo de revestimento, inclusive estrutura de concreto, serão revestidas com massa única, seguindo as orientações da fiscalização.

Os revestimentos serão em massa única, argamassa mista de cimento, cal hidratada e areia traço 1:2:10 e aditivo ou argamassa industrializada tipo Quartzolit, Concremassa, Portcol, massa pronta ou equivalentes.

A execução e cura dos revestimentos deverão obedecer às normas da ABNT específicas.

A espessura do revestimento não poderá ultrapassar de 3cm e a cura até 28 dias. Na hipótese de falta de qualidade geométrica que implique espessuras maiores, será feito previamente um enchimento com argamassa de cimento + barro (argila) + areia no traço 1:2:6 em volume. Após a secagem desse enchimento proceder-se-á o revestimento à base de cales. Exigir-se-á o uso de argamassa intermediária com o mínimo de 24 horas de mistura.

O acabamento será exigido perfeitamente liso, planamente perfeito, sem emendas ou ondulações visíveis. Serão desempenados com camurça.

O construtor poderá utilizar equipamento de projeção, desempolamento e acabamento dos revestimentos desde que utilize argamassa industrializada.

Ensaio de inspeção poderão ser requeridos. A mão de obra e os equipamentos serão recomendados pelas normas.

A superfície final será extremamente plana e lisa, em condições de receber apenas a pintura.

O Construtor deverá usar equipamentos a laser para garantir espessuras mínimas adequadas ao subsistema.

9.4. REBOCO EXTERNO EM PAREDE

Todas as superfícies que precisem ser pintadas e aplicadas revestimentos cerâmicos ou outro qualquer tipo de revestimento, inclusive estrutura de concreto, serão revestidas com massa única, seguindo as orientações da fiscalização.

Os revestimentos serão em massa única, argamassa mista de cimento, cal hidratada e areia traço 1: 2: 8 e aditivo ou argamassa industrializada tipo Quartzolit, Concremassa, Portcol, massa pronta ou equivalentes.

A execução e cura dos revestimentos deverão obedecer às normas da ABNT específicas.

A espessura do revestimento não poderá ultrapassar de 3cm e a cura até 28 dias. Na hipótese de falta de qualidade geométrica que implique espessuras maiores, será feito previamente um enchimento com argamassa de cimento + barro (argila) + areia no traço 1:2:6 em volume. Após a secagem desse enchimento proceder-se-á o

revestimento à base de cales. Exigir-se-á o uso de argamassa intermediária com o mínimo de 24 horas de mistura.

O acabamento será exigido perfeitamente liso, planamente perfeito, sem emendas ou ondulações visíveis. Serão desempenados com camurça.

O construtor poderá utilizar equipamento de projeção, desempolamento e acabamento dos revestimentos desde que utilize argamassa industrializada.

Ensaio de inspeção poderão ser requeridos. A mão de obra e os equipamentos serão recomendados pelas normas.

A superfície final será extremamente plana e lisa, em condições de receber apenas a pintura.

O Construtor deverá usar equipamentos a laser para garantir espessuras mínimas adequadas ao subsistema.

9.5. CERÂMICA

Serão adotadas Cerâmicas Eliane 20 x 20, linha Camburi Branco e 10x10 linha Arquitetural Neve Mesh.

Serão adotadas também cerâmicas Portobello 30x40 linha Antártida White e 5x15 linha Brick Gold.

Serão utilizadas Pastilhas cerâmicas esmaltadas 5x5 Atlas cor branca B2140.

As pastilhas e cerâmicas serão utilizadas nos locais indicados no projeto de fachada falada.

Todo o assentamento de peças cerâmicas será através de argamassa industrializada tipo cimento-cola e o rejunte polimérico recomendado pelo fabricante tipo PORTCOL, CONCREMASSA ou equivalente, a cor do rejunte será na mesma cor do revestimento.

A paginação dos painéis das paredes a serem revestidas seguirá o disposto no projeto arquitetônico.

Exigir-se-á acabamento esmerado.

9.6. REJUNTAMENTO CERÂMICO

Serão rejuntados todos os elementos cerâmicos. O rejunte a ser utilizado será do próprio fabricante da cerâmica ou similar com cores aprovada pela fiscalização.

10. PAVIMENTAÇÃO

10.1. PISO DE ALTA RESISTÊNCIA

O piso de alta resistência será executado em placas de no máximo 2,00m x 2,00m, com juntas de PVC na cor do piso e composição de materiais da argamassa que vise uma coloração naturalmente brilhante e diagramação conforme especificação em Projeto.

O aspecto final do piso é de extremo polimento com agregados de dureza requerida para alta resistência à abrasão e ao risco. O construtor deverá apresentar ensaios laboratoriais que caracterizem a dureza na escala MOHS dos agregados a serem utilizados.

Os agregados terão colorações variadas (a critério da fiscalização), de forma a resultar no aspecto dinâmico e estético superficial.

Caberá ao construtor antes da execução, apresentar à fiscalização amostras do piso pronto pretendido para aprovação.

Placas ou simplesmente trechos de colorações diversas, não serão aceitas, cabendo refazê-las de imediato.

Furos, empenos, saliências, depressões, descontrolo dimensionais, desnivelamento, não serão aceitos.

A técnica de execução será a recomendada por Normas Técnicas vigentes na ABNT ou congêneres.

A mão-de-obra e equipamentos utilizados serão especializados. A empresa terceirizada apresentará atestados de qualidade técnica dos seus serviços.

O construtor será o único responsável pela integridade física e estética do piso em apreço até o recebimento da obra. Para tanto, adotará procedimento técnico e materiais de proteção adequados durante as construções.

Os pisos serão entregues totalmente polidos e encerados.

Contornando todo piso de alta resistência em todos os ambientes deverá ser executada uma faixa com 20 cm de largura.

O rodapé será em alta resistência, com altura mínima de 7 cm.

10.2. PASSEIO EM CONCRETO SIMPLES

O piso em cimento desempenado será instalado em toda área descoberta.

Deverá ser executados sobre lastro de concreto.

Na execução do cimentado, o lastro de concreto será inicialmente limpo, removendo-se resíduos, partes contaminadas, nata de cimento, lama e poeira que possam prejudicar a aderência da argamassa.

Em seguida, será lançada sobre o lastro, argamassa de cimento e areia, no traço 1:5, com espessura média de 5,0 cm e pressionada com a colher de pedreiro. A argamassa será sarrafeada entre "guias" ou "mestras", constituídas por faixas do mesmo material, executadas sobre o contrapiso antes da aplicação da argamassa, atendendo ao nivelamento proposto para as superfícies acabadas dos cimentados.

O sarrafeamento será feito com régua de madeira ou alumínio apoiada sobre as "guias", passada em movimentos de vai e vem. O acabamento final será feito com desempenadeira de madeira.

O piso, logo após o acabamento e endurecimento, deverá ser curado, ou seja, mantido permanentemente úmidos durante, pelo menos, as primeiras 96 horas, sem nenhuma movimentação.

Todos os pisos deverão ter caimentos, que será de 0,5% para ralos, portas, escadas ou saídas;

11. ESQUADRIAS

11.1. VIDRO TEMPERADO 8 MM

As janelas serão em vidro temperado 8mm, liso, transparente, com todas as ferragens necessárias a sua instalação.

11.2. ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO

As esquadrias serão em alumínio anodizado fosco, com micragem não inferior a 20 micra, dotadas de contramarcos, perfis e acessórios adequados e fixação com parafusos galvanizados.

Os chumbadores dos contramarcos, previamente fixados às alvenarias, serão de ferro galvanizado; os contramarcos serão assentes nos chumbadores por processo de encaixes, sem emprego de parafusos.

Cuidados especiais devem ser tomados quando na instalação da esquadria, evitando o contato com produtos alcalinos, tais como: argamassas, cimento e resíduos aquosos destes materiais, bem como evitar-se quaisquer ferimentos nas superfícies anodizadas, protegendo a esquadria com o uso de películas em PVC resistentes aos raios solares ou vaselina sólida.

As dimensões e os locais e para instalação das esquadrias de alumínio deverão obedecer ao projeto arquitetônico.

11.3. ESQUADRIAS DE MADEIRA

As portas serão de madeira lisa semi-ôca, de boa qualidade (canela ou similar) nas dimensões de projeto, com estrutura interna em madeira de lei. A madeira deverão estar isentas de nós, fendas, brocas e outros defeitos.

A construtora deverá apresentar protótipo da porta a fiscalização para observação da estrutura interna e da qualidade do folheado e posterior aprovação.

As portas levarão marcos e alisares em madeira de lei, (Angelim ou massaranduba, ou similar) preparados para pintura; os marcos tomarão toda a espessura da parede e terão 0,03m de espessura e os alizares, terão 0,07m x variável, e enquadrarão os marcos externamente, os marcos serão presos a tacos cavacados de madeira de lei, bem secos e preparados para pintura em esmalte ou óleo.

Todas as portas, serão revestidas, em ambas as faces, com laminado, acabamento texturizado, de fabricação Perstorp, Fórmica ou similar, na cor branca.

As folhas deverão apresentar perfeito acabamento da superfície, livre de rebarbas, partes descoladas e materiais aderidos.

As portas de acesso as salas de aula possuirão visor em vidro 4 mm de 30x30 cm.

11.4. ESQUADRIAS EM FERRO

Nos locais indicados no projeto deverão ser fornecido e instalados portão em ferro, barras verticais seção quadrada 1/2"x1/2" a cada 12cm, e 4 barras horizontais seção 3/4"x1/4", com todos seus acessórios necessários a sua instalação.

11.5. FERRAGENS DAS ESQUADRIAS

As ferragens das diversas esquadrias serão de marca LA FONTE ou similar, conforme referências abaixo citadas.

A localização das ferragens nas esquadrias será medida com precisão evitando possibilidade de discrepância de posicionamento que impeça a perfeita operacionalidade das mesmas. As maçanetas serão instaladas a 1,05m do piso acabado.

O assentamento das ferragens, inclusive das dobradiças, deverá merecer o mais cuidadoso esmero; especialmente com os rebaixos, os encaixes e as chapas. Os parafusos serão galvanizados, de 1ª qualidade, com dimensões correspondentes aos das peças que fixarem devendo satisfazer a norma NB 45/53. As fechaduras de cilindro das portas principais serão entregues a CONSTRUTORA pelo fornecedor em condições de mudança de segredo ao término da obra adotando-se o sistema OMECHA - OBRA da LA FONTE.

As referências básicas das ferragens são as seguintes:

Portas internas

Conjunto de Fechaduras (Ref. 2078 PPF)

Dobradiças (3"x2,5") – latão c/anel

Outras Ferragens a serem usadas deverão ser também de marca LA FONTE ou similares, escolhidas de comum acordo com a FISCALIZAÇÃO.

12. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

O construtor deverá executar todas as instalações necessárias para o bom funcionamento do ponto das bacias sanitárias, lavatórios etc, inclusive fornecendo os materiais (torneira, bancadas, registro, tubos, etc).

Toda instalação deverá ser entregue testada e em pleno funcionamento, ficando a Empresa Contratada responsável pelo pagamento das taxas e demais despesas decorrentes de sua ligação a rede pública.

Todos os materiais deverão obedecer às normas da ABNT e serão certificados por sistemas de garantia da qualidade.

A empresa contratada deverá seguir rigorosamente o projeto hidráulico, memorial descritivo e orçamento apresentado.

13. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

O construtor deverá executar todas as instalações necessárias para o bom funcionamento do ponto das bacias sanitárias, lavatórios etc, inclusive fornecendo os materiais (torneira, bancadas, registro, tubos, etc).

Toda instalação deverá ser entregue testada e em pleno funcionamento, ficando a Empresa Contratada responsável pelo pagamento das taxas e demais despesas decorrentes de sua ligação a rede pública.

Todos os materiais deverão obedecer às normas da ABNT e serão certificados por sistemas de garantia da qualidade.

A empresa contratada deverá seguir rigorosamente o projeto sanitário, memorial descritivo e orçamento apresentado.

14. LOUÇAS E METAIS

Conforme planilha orçamentaria, projeto arquitetônico e especificações do ORSE, deverão ser fornecido, assentados e instalados as louças e metais sanitários.

15. PINTURA

15.1. INTERNA

Internamente, todas as paredes receberão, no mínimo, aplicação de 01 demão de líquido selador, 02 demãos de massa corrida e 02 demãos de tinta pvalatex convencional para interiores, das marcas CORAL, SUVINIL ou similar ou de qualidade superior nas cores definidas pela fiscalização.

O acabamento deverá ser de ótima qualidade.

A fiscalização poderá exigir retoques e ou repinturas de áreas consideradas com acabamento deficiente.

15.2. EXTERNA

Externamente, todas as paredes, receberão no mínimo 01 demão de selador acrílico, 02 demãos de massa acrílica e 02 demãos de tinta acrílica convencional, das marcas CORAL, SUVINIL ou similar ou de qualidade superior nas cores definidas pela fiscalização.

O acabamento deverá ser de ótima qualidade.

A fiscalização poderá exigir retoques e ou repinturas de áreas consideradas com acabamento deficiente.

15.3. PINTURA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS

Todas as superfícies de metálicas receberão a aplicação de 01 demão de tinta à base de zarcão e 02 demãos de tinta esmalte ou óleo, das marcas CORAL, SUVINIL ou similar ou de qualidade superior, nas cores serão definidas pela fiscalização.

O acabamento deverá ser de ótima qualidade.

A fiscalização poderá exigir retoques e ou repinturas de áreas consideradas com acabamento deficiente.

15.4. PINTURA SOBRE MADEIRA

Todas as superfícies de madeira receberão a aplicação de 01 demão de fundo sintético nivelador e 02 demãos de tinta esmalte ou óleo, das marcas CORAL, SUVINIL ou similar ou de qualidade superior, nas cores serão definidas pela fiscalização.

O acabamento deverá ser de ótima qualidade.

A fiscalização poderá exigir retoques e ou repinturas de áreas consideradas com acabamento deficiente.

16. DIVERSOS

16.1. PLACA DE INAUGURAÇÃO

A empresa construtora fornecerá e colocará na conclusão da obra, duas placas em alumínio fundido de 1ª qualidade tamanho de 0,50 x 0,70cm com dizeres em alto relevo a ser fornecido pela Fiscalização.

16.2. LIMPEZA

Concluída a construção acima especificada, o CONTRATADO procederá à limpeza de toda a obra, através da remoção dos entulhos e detritos nas proximidades da mesma.

CASA DE GÁS

Os serviços que serão executados para a casa de gás devem ser conforme já descrito nos itens anteriores desta especificação, sempre observando a planilha orçamentarias e as composições do sistema ORSE.

QUIOSQUES

Os serviços que serão executados para os quiosques devem ser conforme já descrito nos itens anteriores desta especificação, sempre observando a planilha orçamentarias e as composições do sistema ORSE.

BLOCO DE APOIO A TERCEIROS

Os serviços que serão executados para o bloco de apoio a terceiros devem ser conforme já descrito nos itens anteriores desta especificação, sempre observando a planilha orçamentarias e as composições do sistema ORSE.

LIXEIRA

Os serviços que serão executados para a lixeira devem ser conforme já descrito nos itens anteriores desta especificação, sempre observando a planilha orçamentarias e as composições do sistema ORSE.

SERVIÇOS GERAIS

1. INFRAESTRUTURA PARA O CABEAMENTO ESTRUTURADO

Conforme disposto na planilha orçamentaria e projeto apresentado, o construtor deverá executar a infraestrutura para o cabeamento estruturado, tubulação seca.

2. URBANIZAÇÃO

Conforme disposto na planilha orçamentaria, o construtor deverá fornecer terra vegetal e o plantio de herbáceas ornamentais.

3. FECHAMENTO

3.1. GARDIL

Na frente do campus deverá ser executado gradil em malha Gerdau DG-34, com mureta em alvenaria $h=0.50m$ rev. e pintada com tinta acrílica Novacor, cintamento de $0.15 \times 0.20m$, tubo de aço galvanizado 3" a cada 2.00m e pintura em esmalte sintético com proteção em zarcão - $h \text{ total}=2.50m$.

3.2. PORTÃO

Na frente do campus deverá ser executado Portão em ferro, barras verticais seção quadrada $1/2" \times 1/2"$ a cada 12cm, e 4 barras horizontais seção $3/4" \times 1/4"$, com todos os acessórios necessário ao seu funcionamento.

3.3. PASSEIO EM CONCRETO SIMPLES

Na calçada será executada calçada em concreto, na espessura de 7cm.

3.4. PINTURA DO MURO

O muro existente deverá ser pintado com a aplicação de 02 demãos de tinta novacor ou similar ou de qualidade superior, nas cores serão definidas pela fiscalização.

O acabamento deverá ser de ótima qualidade.

A fiscalização poderá exigir retoques e ou repinturas de áreas consideradas com acabamento deficiente.

3.5. PINTURA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS

Todas as superfícies de metálicas receberão a aplicação de 01 demão de tinta à base de zarcão e 02 demãos de tinta esmalte ou óleo, das marcas CORAL, SUVINIL ou similar ou de qualidade superior, nas cores serão definidas pela fiscalização.

O acabamento deverá ser de ótima qualidade.

A fiscalização poderá exigir retoques e ou repinturas de áreas consideradas com acabamento deficiente.

3.6. SERVIÇOS PARA ADEQUAÇÃO DOS NÍVEIS

Serão executados conforme planilha orçamentária afim de promover a interligação entre os blocos, respeitando os níveis do definidos em projeto. Para tanto serão executado muros de contenção em alvenaria de pedra, rampas, instalação de guarda corpo dentre outros serviços que se façam necessários.

PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E ACESSIBILIDADE.

O construtor deverá executar todos os serviços conforme projeto, memoriais e orçamento apresentado.

Todos os materiais deverão obedecer às normas da ABNT e serão certificados por sistemas de garantia da qualidade.

RESERVATÓRIOS ENTERRADO E ELEVADO

O construtor deverá executar todos os serviços conforme projeto, memoriais e orçamento apresentado.

Todos os materiais deverão obedecer às normas da ABNT e serão certificados por sistemas de garantia da qualidade.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA

O construtor deverá executar todos os serviços conforme projeto, memoriais e orçamento apresentado.

Todos os materiais deverão obedecer às normas da ABNT e serão certificados por sistemas de garantia da qualidade.

SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO

O construtor deverá executar todos os serviços conforme projeto, memoriais e orçamento apresentado.

Todos os materiais deverão obedecer às normas da ABNT e serão certificados por sistemas de garantia da qualidade.

INSTALAÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIO

O construtor deverá executar todos os serviços conforme projeto, memoriais e orçamento apresentado.

Todos os materiais deverão obedecer às normas da ABNT e serão certificados por sistemas de garantia da qualidade.

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

O construtor deverá executar todos os serviços conforme projeto, memoriais e orçamento apresentado.

O construtor deverá executar todas as instalações necessárias para o bom funcionamento das luminárias e dos pontos de tomada, inclusive fornecendo os materiais (eletroduto, cabos, quadros, disjuntores, etc).

As instalações elétricas serão executadas pela Empresa Contratada de acordo com a NB-3 da ABNT e com as normas da Companhia Concessionária de Energia Elétrica.

Toda instalação deverá ser entregue testada e em pleno funcionamento, ficando a Empresa Contratada responsável pelo pagamento das taxas e demais despesas decorrentes de sua ligação a rede pública.

Todos os materiais deverão obedecer às normas da ABNT e serão certificados por sistemas de garantia da qualidade.

A empresa contratada deverá seguir rigorosamente o projeto elétrico, memorial descritivo e orçamento apresentado.

SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação será permitida até o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, desde que autorizada previamente pelo fiscal do contrato. Não será permitida a subcontratação de serviços relevantes (aqueles exigidos no anexo II do edital).

PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução da obra é de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os itens citados deverão ser previamente aprovados pela fiscalização;
Os itens cuja especificação não ficar bem esclarecidos deverão ser discutidos com a fiscalização;

Breno Diogo Lima Costa
Engenheiro Civil
DIPOP/DIPOP/IFS

APROVAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

(X) Aprovado () Não Aprovado

Data: 04/07/2013, pelo Magnífico Reitor Ailton Ribeiro de Oliveira, conforme fl 22 do Processo nº 23060.001891/2013-35. Posteriormente, com modificações inseridas, foi reprovado em 14/08/2013, conforme fl 219 do respectivo Processo.

De acordo com Inciso I, Parágrafo 2º do art. 7º da Lei 8.666/93.

ANEXO II

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1) Certidão de registro de pessoa jurídica na entidade profissional competente (CREA/CAU), em nome da licitante, válida na data de recebimento dos documentos de **habilitação e classificação**, onde conste a área de atuação **compatível** com a execução da obra objeto do Edital, emitida pela entidade competente da jurisdição da sede da licitante.

2) As certidões de registro do **CREA/CAU** emitidas via Internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de veracidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão, se julgar necessário, efetuar a confirmação durante o transcorrer da sessão.

Atestado (s) que comprove(m) a capacidade para execução dos serviços, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante da obra, devidamente registrados no **CREA/CAU**, acompanhado(s) das respectivas **Certidões de Acervo Técnico (CAT)** emitida pelo **CREA/CAU**, onde fique comprovado que a licitante executou serviço(s) **de características técnicas compatíveis ou similares** com as do objeto da presente licitação, em nome de profissional de nível superior, legalmente habilitado, com comprovação de sua responsabilidade técnica na execução dos serviços abaixo:

Item	Serviços de maior relevância técnica	Unidade
01	Piso de alta resistência ou industrial, inclusive polimento.	m ²
02	Estrutura metálica em aço ou alumínio	m ²

3) Será admitida a apresentação de atestados em nome de mais de um profissional integrante do quadro da licitante durante a execução do contrato; entretanto, ambos participarão na execução dos serviços relacionados ao seu acervo técnico.

4) A responsabilidade técnica exigida nos atestados se refere à execução dos serviços com as características e especificações compatíveis ou similares do objeto da licitação.

5) O(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) apresentado(s) em atendimento ao subitem (3), deverá(ão) participar, necessariamente, da execução dos serviços.

6) A substituição do responsável técnico durante a execução do contrato só será possível, por profissional, no mínimo, **igualmente qualificado**, mediante a expressa aprovação por uma comissão de engenheiros do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. O prazo máximo admitido para esta substituição será de 05 (cinco) dias úteis.

7) Certidão de registro de pessoa física no CREA/CAU, em nome de cada profissional detentor de atestado apresentado em atendimento ao subitem (3), válida na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, emitida pela entidade profissional competente da jurisdição do domicílio do profissional.

8) Esta certidão será dispensada no caso de o nome do profissional constar na certidão apresentada em atendimento ao subitem (1) e, no caso de certidões emitidas pela internet, deverá observar o previsto no subitem (2).

9) Comprovante de que cada profissional a que se refere o subitem (8) integra o quadro da licitante, conforme estabelecido no subitem (3).

10) **Atestado(s) de capacidade técnico-operacional**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante da obra, que comprove(m) que **a licitante executou serviço(s) de características técnicas compatíveis ou similares** com as do objeto da presente licitação.

Item	Serviços de maior relevância técnica	Quantidade			Unidade
		A executar	Percentual recomendado pelo TCU (50%)	Percentual mínimo a ser comprovado (40%)	
01	Piso de alta resistência ou industrial, inclusive polimento.	5.659,44	2.829,72	2.263,78	m ²
02	Estrutura metálica em aço ou alumínio.	6.082,00	3.041,00	2.432,80	m ²

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, devidamente registrado na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. Se for empresa constituída no exercício financeiro da realização do certame, e não tiver este Balanço, poderá apresentar o Balanço de Abertura.

b) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas, com base no balanço cadastrado:

(4) **Índice de Liquidez Geral** superior a 01 (um), conforme equação abaixo:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} > 1$$

(5) **Índice de Liquidez Corrente** superior a 01 (um), conforme equação abaixo:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > 1$$

(6) **Índice de Solvência Geral** superior a 01 (um), conforme equação abaixo:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} > 1$$

c) Os licitantes cadastrados no Sicaf terão os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) verificados *on line* no referido Sistema. As empresas, cadastradas ou não no Sicaf, que apresentarem resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital mínimo não inferior a 10% (dez por cento) do valor orçado em planilha apresentada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, na data da apresentação dos documentos relativos a esta licitação, admitida, na forma da lei, atualização para esta data através de índices oficiais.

d) Aliada a esses índices, também será analisada a Capacidade de Contratação da empresa, conforme faculta o parágrafo 4º do artigo 31 da Lei 8.666/93, mediante a seguinte fórmula:

Índice de Capacidade de Contratação (ICC) superior ou igual a 1 (um), conforme a equação e legenda abaixo, **sob pena de inabilitação**:

$$ICC = \left(\frac{K \times PL}{MCE + PO} \right) \left(\frac{n}{12} \right) \geq 1$$

OBS.: A licitante deverá relacionar, obrigatoriamente, TODOS os seus contratos vigentes (em andamento).

INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS DE TODOS OS CONTRATOS ASSUMIDOS PELA LICITANTE

Informar, em ordem cronológica e resumidamente, os serviços a executar por contrato empresado com órgãos públicos e particulares.

Relação analítica de todos seus contratos em andamento, contendo:

- 1) Descrição sumarizada do objeto;
- 2) Informar o número do contrato;
- 3) Informar telefone do **CONTRATANTE**;
- 4) Informar o nome completo do **CONTRATANTE**;
- 5) Informar o tipo de participação no contrato (exclusiva; subcontratação; consórcio);
- 6) Informar o período de execução (data de início e de término dos serviços: mês e ano);
- 7) Saldos dos contratos a executar.

Para apurar os saldos dos contratos, na data-base, observar os seguintes critérios:

- Até o final dos prazos: informar os saldos dos contratos a executar até o final dos seus respectivos prazos;
- No período-base: informar o montante do "pro rata" dos contratos a executar no período-base, que corresponde ao tempo previsto para execução dos serviços nesta licitação.
- **O valor originário dos contratos deve ser atualizado monetariamente até o mês anterior à data-base da licitação em andamento, pela variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC. Obrigatório para o cálculo do ICC.**
- Os saldos a executar dos contratos, que estiverem formalmente paralisados na data da realização da licitação, não serão incluídos.

DEMONSTRAÇÃO DA CAPACIDADE FINANCEIRA ABSOLUTA

I - As contas contábeis que fazem parte da equação da CFAT, devem ser atualizadas pela variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC, ocorrida entre a data do Balanço apresentado e o mês anterior à data-base da realização da licitação.

II - O cálculo do ICC deverá ser superior ou igual a 1 (um), sob pena de inabilitação no certame.

III - O licitante deverá anexar a memória de cálculo da atualização dos saldos das contas contábeis.

1) Valor numérico da **CFAT** (Capacidade Financeira Absoluta Total)

$$\text{CFAT} = (\mathbf{K} \times \mathbf{PL}) \left(\frac{\mathbf{n}}{\mathbf{12}} \right)$$

2) Valor do **MCE** (Montante dos Saldos dos Contratos a Executar no Período-Base);

3) **PO** = **Preço Orçado pelo Licitador para Execução das Obras** e Serviços em Licitação (para efeito desta variável serão somados os preços dos itens que o Licitante decidir disputar). Valor da Soma dos preços orçados pelo IFS para os quais o licitante irá concorrer;

4) Expressão do Índice **ICC** que será conferido pela Comissão de Licitação quando da avaliação das condições habilitatórias de cada licitante.

$$\text{ICC} = \left(\frac{\mathbf{K} \times \mathbf{PL}}{\mathbf{MCE} + \mathbf{PO}} \right) \left(\frac{\mathbf{n}}{\mathbf{12}} \right)$$

LEGENDA:

K = O valor de "K" é 10 (dez) e corresponde à rotação anual máxima do Patrimônio Líquido, calculada com base na Receita Operacional Líquida, de uma amostra de empresas do ramo de construção;

PL = Patrimônio Líquido;

n = Prazo em meses estipulado para execução das obras e serviços em licitação;

MCE = Montante dos saldos dos contratos a executar no período base;

PO = Preço orçado constante do edital do certame.

ANEXO III

ORÇAMENTO ESTIMATIVO (Constante no Processo nº 23060.001891/2013-35 e disponível no sítio www.ifs.edu.br>acesso a informação>licitações de engenharia>concorrência>ano 2013)

ANEXO IV

QUADRO PADRÃO PARA APRESENTAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO BDI INTEGRAL



IFS - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

AVENIDA ENGº GENTIL TAVARES DA MOTA, Nº 1166
GETULIO VARGAS ARACAJU-SE CNPJ:

PLANILHA DE B.D.I.

Ref: Agosto/2013-1 Moeda: R\$

Empreendimento: 00026 - - SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS ITABAIANA - Agosto/2013

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	PERC
01	AC - Administração Central	%	4,40%
02	S - Seguro	%	0,36%
03	R - Risco e Garantia	%	0,96%
04	DF - Despesas Financeiras	%	1,00%
05	L - Lucro (8,9%-Reforma a 10,35%-Edificações)	%	7,75%
06	I - TRIBUTOS		8,65%
06.001	- PIS	%	0,65%
06.002	- COFINS	%	3,00%
06.003	- ISS (1,4% a 5%)	%	3,00%
06.004	- Percentual sobre o faturamento (Lei 12.844/2013)	%	2,00%
TOTAL DO BDI:			25,95%

$$BDI = \left[\left(\frac{\left(\left(\left(1 + \frac{AC}{100} + \frac{S}{100} + \frac{R}{100} \right) \left(1 + \frac{DF}{100} \right) \left(1 + \frac{L}{100} \right) \right) \right)}{\left(1 - \frac{I}{100} \right)} \right) - 1 \right] \times 100$$

(*) Em relação ao valor percentual as empresas deverão observar:

- (A) Com relação ao ISS as empresas deverão observar a Legislação Tributária do Município onde os serviços serão realizados.
- (B) O PIS – A licitante deverá obedecer à legislação em vigor.
- (C) COFINS – A licitante deverá obedecer à legislação em vigor.

ANEXO IV

QUADRO PADRÃO PARA APRESENTAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO BDI DIFERENCIADO



IFS - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

AVENIDA ENGº GENTIL TAVARES DA MOTA, Nº 1166
GETULIO VARGAS ARACAJU-SE CNPJ:

PLANILHA DE B.D.I.

Ref: Agosto/2013-1 Moeda: R\$

Empreendimento: 00024 - - SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS ITABAIANA - BDI DIFERENCIADO - Agosto/2

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	PERC
01	AC - Administração Central	%	5,20%
02	S - Seguro	%	0,24%
03	R - Risco e Garantia	%	0,64%
04	DF - Despesas Financeiras	%	1,00%
05	L - Lucro (8,9%-Reforma a 10,35%-Edificações)	%	4,10%
06	I - TRIBUTOS		5,65%
06.001	- PIS	%	0,65%
06.002	- COFINS	%	3,00%
06.003	- ISS (1,4% a 5%)	%	
06.004	- Percentual sobre o faturamento (lei 12.844/2013)	%	2,00%
TOTAL DO BDI :			18,21%

$$BDI = \left[\left(\frac{\left(\left(\left(1 + \frac{AC}{100} + \frac{S}{100} + \frac{R}{100} \right) \right) \left(1 + \frac{DF}{100} \right) \left(1 + \frac{L}{100} \right) \right) \right)}{\left(1 - \frac{I}{100} \right)} - 1 \right] \times 100$$

(*) Em relação ao valor percentual as empresas deverão observar:

- (A) Com relação ao ISS as empresas deverão observar a Legislação Tributária do Município onde os serviços serão realizados.
- (B) O PIS – A licitante deverá obedecer à legislação em vigor.
- (C) COFINS – A licitante deverá obedecer à legislação em vigor.

ANEXO V COMPOSIÇÃO ESTIMADA DOS ENCARGOS SOCIAIS



IFS - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
AVENIDA ENGº GENTIL TAVARES DA MOTA, Nº 1166
GETULIO VARGAS ARACAU-SE CNPJ :

VILHA DE ENCARGOS SOCIAIS HORISTA
Cod. Empreendimento: 00026
- SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS ITABAIANA - Agosto/2013
Ref : Agosto/2013-1 Moeda : R\$

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	FÓRMULA	VALOR TOTAL
A	ENCARGOS INSTITUCIONAIS			17,80
A1	PREVIDÊNCIA SOCIAL	§		0,00
A2	FCTS	§		8,00
A3	SESI	§		1,50
A4	SENAI	§		1,00
A5	INCRA	§		0,20
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	§		2,50
A7	SEBRAE	§		0,60
A8	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO	§		3,00
A9	SECONCI-SE	§		1,00
B	ENCARGOS TRABALHISTAS			45,72
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	§		17,92
B10	SALÁRIO MATERNIDADE	§		0,03
B2	FÉRIADOS	§		3,95
B3	AUXÍLIO ENFERMIDADE	§		0,91
B4	DÉCIMO-TERCEIRO SALÁRIO	§		10,88
B5	LICENÇA PATERNIDADE	§		0,08
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	§		0,73
B7	DÍAS DE CHUVAS - FONTE SINAPI	§		1,73
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	§		0,12
B9	FÉRIAS GOZADAS	§		9,37
C	ENCARGOS INDENIZATÓRIOS			15,69
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	§		5,66
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	§		0,31
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	§		4,45
C4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	§		4,79
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	§		0,48
D	INCIDÊNCIAS OU EFEITOS			8,65
D1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B	§		8,14
D2	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FCTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO	§		0,51
VALOR TOTAL DO ENCARGO SOCIAL :				87,86%



IFS - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
AVENIDA ENGº GENTIL TAVARES DA MOTA, Nº 1166
GETULIO VARGAS ARACAU-SE CNPJ :

PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS MENSALISTA
Cod. Empreendimento: 00026
- SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS ITABAIANA - Agosto/2013
Ref : Agosto/2013-1 Moeda : R\$

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	FÓRMULA	VALOR TOTAL
A	Encargos Institucionais - Encargos Sociais Básicos			17,80
A01	Previdência Social	§		0,00
A02	FCTS	§		8,00
A03	SESI	§		1,50
A04	SENAI	§		1,00
A05	INCRA	§		0,20
A06	Salário Educação	§		2,50
A07	SEBRAE	§		0,60
A08	Seguro Contra Acidentes do Trabalho	§		3,00
A09	SECONCI-SE	§		1,00
B	Encargos Trabalhistas			16,92
B01	Auxílio Enfermidade	§		0,69
B02	Décimo Terceiro salário	§		8,33
B03	Licença Paternidade	§		0,06
B04	Faltas Justificadas	§		0,56
B05	Acidente de Trabalho	§		0,09
B06	Férias Gozadas	§		7,17
B07	Salário Maternidade	§		0,02
C	Encargos Indenizatórios			12,02
C01	Aviso Prévio Indenizado	§		4,34
C02	Aviso Prévio Trabalhado	§		0,24
C03	Férias Indenizadas	§		3,41
C04	Depósito Rescisão sem Justa Causa	§		3,67
C05	Indenização Adicional	§		0,36
D	Incidências ou Efeitos			3,40
D01	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	§		3,01
D02	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência a do FCTS sobre Aviso Prévio Indenizado	§		0,39
VALOR TOTAL DO ENCARGO SOCIAL HORISTA:				50,14%

ANEXO VI

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Objeto Construção do Campus IFS Itabaiana

Prazo (Meses) 12
 Data de Atualização 03/10/2013

Mês de Referência Agosto/2013
 BDI 25,95%

Administração Local da Obra ou Serviço

Item	Descrição	Qtd	Salário/Mês	Custo Total
1	Engenheiro	0,30	R\$ 8.334,18	R\$ 30.003,06
2	Mestre de Obras	1,00	R\$ 5.011,08	R\$ 60.132,92
3	Técnico em Segurança do Trabalho	0,20	R\$ 2.535,21	R\$ 6.084,51
4	Técnico em Edificações	0,50	R\$ 2.535,21	R\$ 15.211,27
5	Almoxarife	0,75	R\$ 1.549,03	R\$ 13.941,30
6	Vigia	1,00	R\$ 1.251,89	R\$ 15.022,63
7				
8				
9				
10				
Total				R\$ 140.395,69

Despesas Gerais

Item	Descrição	Qtd	Custo Unitário	Custo Total
1	Alvará de Construção			
2	CREA	1,00	R\$ 158,05	R\$ 158,05
3	Mobilização e Desmobilização			
4				
5				
Total				R\$ 158,05

Aluguel de Equipamentos

Item	Descrição	Qtd	Nº de Meses ou Horas	Custo Unitário	Custo Total
1	Veículos Leves				
2	Equipamentos de Laboratório				
3					
4					
5					
Total					R\$ 0,00

Composição de Encargos Complementares e Intersindicais

Item	Mão-de-Obra	Total de Horas Homem (THH)	Salário/Mês	% Mão-de-Obra		Salário Médio
				Calculado	Adotado	
1	Servente	74.825,36	R\$ 678,00	56,39%	30,00%	R\$ 865,47
2	Montador	5.162,45				
3	Jardineiro	148,83				
4						
5	Pedreiro	28.663,42	R\$ 945,82	43,61%	70,00%	
6	Armador	2.256,12				
7	Carpinteiro	6.913,14				
8	Pintor	10.291,76				
9	Encanador	1.702,96				
10	Eletricista	12.149,22				
11						
12						
Total		142.113,26	-	-	-	-

Dados de Entrada

Custo Horário (CH) - R\$/h	R\$ 3,93
Número de Horas Trabalhadas por Dia (HPD)	8,80
Número de Horas Trabalhadas por Mês (HPM)	220,00
Tempo Médio de Permanência (TMP) - Meses	16

Custos por Empregado

Custo Diário com Alimentação (CA)	R\$ 6,50
Custo do Vale Transporte Intermunicipal (VT)	R\$ 2,35
Custo Mensal do Seguro de Vida (SV)	R\$ 6,00
Custo Mensal Médio de EPI (CEPI)	R\$ 42,19
Custo do Exame Admissional (CEA)	R\$ 197,00

Composição de Custo com EPI - Kit Básico

EPI	Und	Qtd	Custo Unitário	Duração (Meses)	% de Mão-de-Obra	Custo Total/Homem Mês	Encargo %
Uniforme	cj	2	R\$ 45,00	5	100,00%	R\$ 18,00	2,08%
Bota de couro	par	1	R\$ 30,65	4	100,00%	R\$ 7,66	0,89%
Capacete	und	1	R\$ 8,50	6	100,00%	R\$ 1,42	0,16%
Protetor auricular	par	1	R\$ 0,50	1	100,00%	R\$ 0,50	0,06%
Luva de raspa	par	1	R\$ 5,50	0,5	100,00%	R\$ 11,00	1,27%
Cinto de segurança	und	1	R\$ 35,00	12	20,00%	R\$ 0,58	0,07%
Capa de chuva	und	1	R\$ 11,00	12	30,00%	R\$ 0,28	0,03%
Óculos protetores	par	1	R\$ 3,00	12	100,00%	R\$ 0,25	0,03%
Protetor facial	und	1	R\$ 12,50	1	20,00%	R\$ 2,50	0,29%
Total						R\$ 42,19	4,87%

Cálculo dos Encargos Complementares

Alimentação $\left[\frac{\text{THH}}{\text{HPD}} \times \text{CA} \times 85\% \right]$
(15% do custo da alimentação são descontados do empregado)

Vale Transporte $\left[\text{THH} \times \frac{(2 \times \text{VT}) - (6\% \times \text{CH} \times \text{HPD})}{\text{HPD}} \right]$
 Utilizar VT? [S] ou [N]

Seguro de Vida em Grupo $\left[\frac{\text{THH}}{\text{HPM}} \times \text{SV} \right]$

EPIs $\left[\frac{\text{THH}}{\text{HPM}} \times \text{CEPI} \right]$

Exames Admissionais $\left[\frac{\text{THH}}{\text{HPM}} \times \frac{\text{CEA}}{\text{TMP}} \right]$

Total de Encargos Complementares

Resumo

Administração Local da Obra ou Serviço	R\$ 140.395,69
Despesas Gerais	R\$ 158,05
Aluguel de Equipamentos	R\$ 0,00
Encargos Complementares e Intersindicais	R\$ 128.305,66
Custo Total	R\$ 268.859,41

Preço Total

Avaliação em Relação ao Total da Obra ou Serviço

Valor da Obra ou Serviço <i>(não contabilizando o valor da Administração Local)</i>	R\$ 6.151.607,02
Percentual de participação da Administração Local na Obra ou Serviço	5,50%
Desembolso Linear Mensal Durante o Prazo da Obra ou Serviço	R\$ 28.219,04
Valor Total da Obra ou Serviço	R\$ 6.490.235,44

ANEXO VII
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

1. BDI integral



IFS - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
AVENIDA ENGº GENTIL TAVARES DA MOTA, Nº 1166
GETULIO VARGAS ARACAJU-SE (CNPJ);

- SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS
ITABAIANA - Agosto/2013

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DO EMPREENDIMENTO

Cod. Empreendimento: 00026

BDI: 25,95%

Ref : Agosto/2013-1 Moeda : R\$

ITEM	SERVIÇOS	(%)	VALOR	1º MÊS		2º MÊS		3º MÊS		4º MÊS		5º MÊS	
				(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR
01	SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRATIVOS	8,1	450.177,86	77,90	350.691,46	5,98	26.927,21	0,39	1.758,14	0,78	3.516,27	0,94	4.219,52
02	PRÉDIO DA ESCOLA	47,53	2.642.046,28	0,83	21.990,57	2,09	81.647,47	7,42	195.939,47	11,34	299.625,28	15,06	397.996,61
03	CASA DE GÁS	0,08	4.369,28									100,00	4.369,28
04	QUIOSQUES (4 UN)	1,11	61.467,68							41,11	25.270,71	58,89	36.196,97
05	BLOCO DE APOIO A TERCEIROS	1,05	58.156,31										
06	LIXEIRA	0,34	18.692,04										
07	SERVIÇOS DE GERAIS DO CAMPUS	2,89	160.673,52							1,28	2.050,48	6,97	11.197,22
08	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS	1,94	107.737,60										
09	SUBESTAÇÃO ABRIGADA 1000 KVA E GERADOR DE EMERGENCIA DE 200 KVA	2,88	159.835,28										
10	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	9,79	544.063,32			0,30	1.622,78	2,11	11.460,67	3,65	19.881,74	4,35	22.640,56
11	PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM e ACESSIBILIDADE	10,61	590.054,20					7,51	44.325,47	21,89	129.142,58	29,58	232.560,97
12	SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO	2,2	122.154,39										
13	CONSTRUÇÃO DA SUBESTAÇÃO ABRIGADA	1,36	75.607,36										
14	REDE HIDRÁULICA - DISTRIBUIÇÃO	0,51	28.215,32					29,82	8.414,80	35,21	9.923,80	34,97	9.866,72
15	RESERVATÓRIO ELEVADO - 100 M³ (FUNDAÇÕES - SAPATAS)	3,35	186.470,28			100,00	186.470,28						
16	RESERVATÓRIO INFERIOR - 100 M³	1,97	109.661,76			40,23	44.116,12	40,86	44.805,52	18,91	20.740,12		
17	SISTEMA DE TRATAMENTO - TANQUES SÉPTICOS	0,72	40.182,43										



- SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS
ITABAIANA - Agosto/2013

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DO EMPREENDIMENTO

IFS - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

AVENIDA ENGº GENTIL TAVARES DA MOTA, Nº 1166
GETULIO VARGAS ARACAJU-SE CNPJ:

Cod. Empreendimento: 00026

BDI: 25,95%

Ref : Agosto/2013-1 Moeda : R\$

ITEM	SERVIÇOS	(%)	VALOR	1º MÊS		2º MÊS		3º MÊS		4º MÊS		5º MÊS			
				(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR		
18	SISTEMA DE TRATAMENTO - FILTRO	1,07	59.460,62												
19	SISTEMA DE TRATAMENTO - INTELIÇÃO ENTRE FILTRO E WETLAND	0,02	901,17												
20	SISTEMA DE TRATAMENTO - WETLAND	1,02	56.870,59												
21	SISTEMA DE IRRIGAÇÃO	0,43	23.948,59												
22	REDE DE ESGOTO - IMPLANTAÇÃO	1,05	58.140,18					11,81	6.865,55	37,97	22.078,21	28,48	16.558,67		
TOTAL SIMPLES ==>>>				100,00	5.558.886,06	6,70	372.682,03	6,13	340.783,86	5,64	313.569,62	9,57	532.239,29	13,27	737.606,52
TOTAL ACUMULADO ==>>>				100,00	5.558.886,06	6,70	372.682,03	12,83	713.465,89	18,47	1.027.035,51	28,04	1.559.274,80	41,31	2.296.881,32



IFS - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

AVENIDA ENGº GENTIL TAVARES DA MOTA, Nº 1166
GETULIO VARGAS ARACAJU-SE CNPJ:

ITEM	SERVIÇOS	(%)	VALOR	6º MÊS		7º MÊS		8º MÊS		9º MÊS		10º MÊS	
				(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR
01	SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRATIVOS	0,1	450.177,86	1,02	4.571,15	0,70	3.164,64	0,70	3.164,64	0,94	4.219,52	0,78	3.516,27
02	PREDIO DA ESCOLA	47,53	2.642.046,28	17,07	450.963,41	13,33	352.224,35	10,51	277.784,17	7,20	190.293,63	5,07	133.976,00
03	CASA DE GÁS	0,08	4.369,28										
04	QUIOSQUES (4 UN)	1,11	61.467,68										
05	BLOCO DE APOIO A TERCEIROS	1,05	58.156,31	6,22	3.616,66	19,84	11.525,89	28,71	16.699,37	45,23	26.204,39		
06	LIXEIRA	0,34	18.692,04					56,46	10.554,28	42,54	8.137,76		
07	SERVIÇOS DE GERAIS DO CAMPUS	2,89	160.673,52	9,26	14.876,04	4,42	7.096,27	4,42	7.096,27			5,46	8.768,80
08	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS	1,94	107.727,60									50,00	53.868,85
09	SUBESTAÇÃO ABRIGADA 1000 KVA E GERADOR DE EMERGENCIA DE 200 KVA	2,88	159.835,28					9,72	15.537,53	29,16	46.612,58	39,44	62.042,08
10	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	9,79	544.063,32	10,93	59.489,67	27,22	148.114,94	25,05	126.269,91	21,17	115.188,05	5,22	28.395,00
11	PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM e ACESSIBILIDADE	10,61	590.054,20	31,02	183.025,18								
12	SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO	2,2	122.154,39			10,19	12.448,25	34,11	41.664,02	55,70	68.042,12		
13	CONSTRUÇÃO DA SUBESTAÇÃO ABRIGADA	1,36	75.607,36			16,90	12.777,41	33,05	24.991,56	50,05	37.838,39		
14	REDE HIDRÁULICA - DISTRIBUIÇÃO	0,51	28.215,32										
15	RESERVATÓRIO ELEVADO - 100 M³ (FUNDAÇÕES - SAPATAS)	3,35	186.470,28										
16	RESERVATÓRIO INFERIOR - 100 M³	1,97	109.661,76										
17	SISTEMA DE TRATAMENTO - TANQUES SÉPTICOS	0,72	40.182,43							40,00	16.072,97	60,00	24.109,46



- SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS ITABAIANA - Agosto/2013

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DO EMPREENDIMENTO

Cod. Empreendimento: 00026

BDI: 25,95%

Ref : Agosto/2013-1 Moeda : R\$

IFS - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

AVENIDA ENGº GENTIL TAVARES DA MOTA, Nº 1166
GETULIO VARGAS ARACAJU-SE (CNPJ) :

ITEM	SERVIÇOS	(%)	VALOR	6º MÊS		7º MÊS		8º MÊS		9º MÊS		10º MÊS	
				(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR
18	SISTEMA DE TRATAMENTO - FILTRO	1,07	59.460,62									40,00	23.784,24
19	SISTEMA DE TRATAMENTO - INTERLIGAÇÃO ENTRE FILTRO E WETLAND	0,02	901,17										
20	SISTEMA DE TRATAMENTO - WETLAND	1,02	56.870,59									50,00	28.435,32
21	SISTEMA DE IRRIGAÇÃO	0,43	23.948,59										
22	REDE DE ESGOTO - IMPLANTAÇÃO	1,05	56.140,18	21,74	12.637,75								
TOTAL SIMPLES ==>>>		100,00	5.558.886,06	13,12	729.179,86	9,85	547.361,75	9,60	523.761,75	9,22	512.709,41	6,62	367.896,02
TOTAL ACUMULADO ==>>>		100,00	5.558.886,06	54,43	3.026.061,18	64,28	3.573.422,93	73,88	4.107.184,68	83,10	4.619.894,09	89,72	4.987.790,11



IFS - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

AVENIDA ENGº GENTIL TAVARES DA MOTA, Nº 1166
GETULIO VARGAS ARACAJU-SE CNPJ :

Cod. Empreendimento: 00026

BDI: 25,95%

Ref : Agosto/2013-1 Moeda : R\$

ITEM	SERVIÇOS	(%)	VALOR	11º MÊS		12º MÊS		(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR
				(%)	VALOR	(%)	VALOR						
01	SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRATIVOS	0,1	450.177,86	0,43	1.933,95	9,44	42.495,09						
02	PREDIO DA ESCOLA	47,53	2.642.046,28	4,64	122.531,80	4,44	117.072,42						
03	CASA DE GÁS	0,08	4.369,28										
04	QUIOSQUES (4 UN)	1,11	61.467,68										
05	BLOCO DE APOIO A TERCEIROS	1,05	58.156,31										
06	LIXEIRA	0,34	18.692,04										
07	SERVIÇOS DE GERAIS DO CAMPUS	2,89	160.673,52	10,92	17.527,59	57,27	92.050,85						
08	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS	1,94	107.727,60	50,00	53.868,75								
09	SUBESTAÇÃO ABRIGADA 1000 KVA E GERADOR DE EMERGENCIA DE 200 KVA	2,88	159.835,28	21,68	34.642,09								
10	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	9,79	544.062,32										
11	PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM e ACESSIBILIDADE	10,61	590.054,20										
12	SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO	2,2	122.154,39										
13	CONSTRUÇÃO DA SUBESTAÇÃO ABRIGADA	1,36	75.607,36										
14	REDE HIDRÁULICA - DISTRIBUIÇÃO	0,51	28.215,32										
15	RESERVATÓRIO ELEVADO - 100 M³ (FUNDAÇÕES - SAPATAS)	2,35	186.470,28										
16	RESERVATÓRIO INFERIOR - 100 M³	1,97	109.661,76										
17	SISTEMA DE TRATAMENTO - TANQUES SÉPTICOS	0,72	40.182,43										



- SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS
ITABAIANA - Agosto/2013

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DO EMPREENDIMENTO

IFS - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
AVENIDA ENGº GENTIL TAVARES DA MOTA, Nº 1166
GETULIO VARGAS ARACAJI-SE (CNPJ):

Cod. Empreendimento: 00026

BDI: 25,95%

Ref : Agosto/2013-1 Moeda : R\$

ITEM	SERVIÇOS	(%)	VALOR	11º MÊS		12º MÊS							
				(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR
18	SISTEMA DE TRATAMENTO - FILTRO	1,07	59.460,62	60,00	35.676,28								
19	SISTEMA DE TRATAMENTO - INTELIÇÃO ENTRE FILTRO E WETLAND	0,02	901,17	100,00	901,17								
20	SISTEMA DE TRATAMENTO - WETLAND	1,02	56.870,59	50,00	28.435,27								
21	SISTEMA DE IRRIGAÇÃO	0,43	22.948,59	100,00	22.948,59								
22	REDE DE ESGOTO - IMPLANTAÇÃO	1,05	58.140,18										
TOTAL SIMPLES ==>>		100,00	5.558.886,06	5,75	319.476,59	4,52	251.619,26						
TOTAL ACUMULADO ==>>		100,00	5.558.886,06	35,47	5.307.266,70	100,00	5.558.886,06						

2. BDI diferenciado



IFS - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
 AVENIDA ENGº GENTIL TAVARES DA MOTA, Nº 1166
 GETULIO VARGAS ARACAJU-SE CNPJ :

- SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS ITABAIANA - BDI DIFERENCIADO - Agosto/2013

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DO EMPREENDIMENTO

Cod. Empreendimento: 00024

BDI: 18,21%

Ref : Agosto/2013-1 Moeda : R\$

ITEM	SERVIÇOS	(%)	VALOR	1º MÊS		2º MÊS		3º MÊS		4º MÊS		5º MÊS			
				(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR		
01	SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS ITABAIANA - BDI DIFERENCIADO	100	931.349,38					6,73	62.662,85	13,46	125.325,69	13,46	125.325,69		
01.01	DIVISÓRIAS	100	931.349,38					6,73	62.662,85	13,46	125.325,69	13,46	125.325,69		
TOTAL SIMPLES =====>>				100,00	931.349,38	0,00	0,00	0,00	0,00	6,73	62.662,85	13,46	125.325,69		
TOTAL ACUMULADO =====>>				100,00	931.349,38	0,00	0,00	0,00	0,00	6,73	62.662,85	20,19	187.988,54	33,65	313.314,23

ITEM	SERVIÇOS	(%)	VALOR	6º MÊS		7º MÊS		8º MÊS		9º MÊS		10º MÊS			
				(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR		
01	SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS ITABAIANA - BDI DIFERENCIADO	100	931.349,38	21,64	201.586,45	9,82	91.453,00	8,36	77.855,08			26,54	247.140,62		
01.01	DIVISÓRIAS	100	931.349,38	21,64	201.586,45	9,82	91.453,00	8,36	77.855,08			26,53	247.140,62		
TOTAL SIMPLES =====>>				100,00	931.349,38	21,64	201.586,45	9,82	91.453,00	8,36	77.855,08	0,00	0,00	26,54	247.140,62
TOTAL ACUMULADO =====>>				100,00	931.349,38	55,29	514.900,68	65,11	606.353,68	73,47	684.208,76	73,47	684.208,76	100,01	931.349,38

ITEM	SERVIÇOS	(%)	VALOR	11º MÊS		12º MÊS								
				(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	
01	SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS ITABAIANA - BDI DIFERENCIADO	100	931.349,38			-0,01								
01.01	DIVISÓRIAS	100	931.349,38											
TOTAL SIMPLES =====>>				100,00	931.349,38	0,00	0,00	-0,01	0,00					
TOTAL ACUMULADO =====>>				100,00	931.349,38	100,01	931.349,38	100,00	931.349,38					

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação da Licitação)

(Identificação completa do representante do licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa do licitante) doravante denominado Licitante, para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

(REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE/ CONSÓRCIO, NO ÂMBITO DA LICITAÇÃO, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA)

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital da Concorrência n.º --- /2013, que eu, _____, portador(a) da CI/RG n.º _____, do CPF n.º _____, inscrito(a) no CREA/CAU sob o n.º _____, na qualidade de _____ [preencher com a ocupação profissional], autorizado pela empresa _____, estabelecida no(a) _____, como seu(ua) representante legal para os fins da presente declaração, compareci perante o representante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe e vistoriei os locais onde será executada a obra da licitação em apreço, tomando plena ciência das condições e peculiaridades existentes, bem como de todas as implicações técnicas e financeiras dos serviços a executar.

Local e data

Assinatura e carimbo
(Representante da empresa)

Observação: Emitir em papel que identifique o licitante.

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO (FATO SUPERVENIENTE E DE MENOR)

(Denominação da Empresa) _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, por seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARA, outrossim, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz: SIM (), NÃO ().

Data ____/____/2013

(assinatura representante legal)

(OBS.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

ANEXO XI – MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N.º _____ /2013 QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE/CAMPUS ITABAIANA E _____ PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO *CAMPUS* DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA (SE).

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE (IFS)/CAMPUS ITABAIANA, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, CNPJ -----, doravante denominado CONTRATANTE, com sede na -----, representado, neste ato, pelo seu -----, Prof. -----, CPF -----, RG -----, domiciliado e residente nesta cidade, e a empresa -----, inscrita no CNPJ sob o nº -----, com sede em -----, doravante denominada CONTRATADA, representada aqui pelo Sr. -----, portador da Cédula de Identidade nº -----, e CPF(MF) n.º ----- firmam este Contrato para realizar serviços de complementação/conclusão da construção do *campus* do município de Itabaiana (SE), sob o regime de empreitada por preço unitário, segundo os termos do instrumento convocatório da Concorrência nº 11/2013 e da proposta da Contratada, constantes do Processo nº 23060.001891/2013-35, sujeitando-se as partes aos mandamentos da Lei nº 8.666/1993, da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 6.204/2007, Instrução Normativa nº 01/2010/MPOG e demais legislações correlatas, devendo ser observadas as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA SUBCONTRATAÇÃO

1. O presente contrato tem como objeto serviços de complementação/conclusão da construção do *campus* do município de Itabaiana (SE), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, em regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações do Projeto Básico e Especificações Técnicas da Concorrência nº 11/2013.
2. Os serviços serão executados em estrita obediência ao presente Contrato, devendo ser observadas integral e rigorosamente as plantas constantes do projeto aprovado pelas autoridades competentes, assim como o Edital e seus anexos, proposta da CONTRATADA, especificações, orçamentos, cronogramas e demais Elementos Técnicos Componentes, passando tais documentos e outros gerados até a assinatura deste

Contrato, a fazer parte integrante do presente instrumento, para todos os fins de direito, devendo os mesmos permanecer arquivados na sede do CONTRATANTE.

3. A subcontratação será permitida até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, exceto para os itens relevantes em que se exige a qualificação técnica (profissional e operacional), e desde que previamente autorizada pela fiscalização da Contratante.

4. Caso a Contratada subcontrate serviços até o limite permitido no item 3 desta cláusula, deverá informar à Contratante todos os dados referentes à empresa subcontratada, inclusive no que tange ao contrato de prestação de serviços.

5. A Contratada será responsável por todo e qualquer serviço desempenhado pela empresa subcontratada, devendo esta ser do ramo da atividade da subcontratação. A Administração requererá da Contratada, e não da empresa subcontratada, o cumprimento das obrigações exaradas neste Termo de Contrato. Assim, a subcontratação não altera a responsabilidade da Contratada que continuará integral perante o Contratante, bem como não existirá vínculo entre o Contratante e a subcontratada.

6. O Contratante poderá exigir à Contratada a apresentação de todos ou parte dos documentos de habilitação da empresa subcontratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

1. Pela perfeita e integral execução deste Contrato, o CONTRATANTE pagará CONTRATADA o valor total de R\$ ____ (____).

2. A CONTRATADA deverá executar integralmente as etapas descritas no cronograma físico-financeiro (anexo do contrato). Poderá haver alteração no cronograma físico-financeiro, desde que previamente justificada e acatada pela Fiscalização da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

1. A despesa orçamentária da execução deste contrato, para o exercício de 2013, correrá à conta da Natureza da Despesa -----, Fonte -----, Ptres -----, Programa de Trabalho: -----, conforme Nota de Empenho nº -----, de ___/___/____. As despesas do exercício subsequente serão atendidas por dotação orçamentária apropriada, prevista na lei orçamentária anual.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

1. O prazo de execução dos serviços é de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço emitida pela Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos/IFS, podendo tal prazo ser prorrogado mediante justificativa por escrito e previamente autorizado pela Administração.

2. O cronograma físico-financeiro deverá ser reformulado, de imediato, em caso de alteração nas parcelas de execução previamente estabelecidas.

3. Na hipótese prevista no item anterior, e havendo justificativa aceita pela DIPOP, a reformulação implicará na dilatação do prazo contratual, mediante simples deslocamento no cronograma físico-financeiro da(s) etapas(s) não executada(s).

4. A reformulação do cronograma aprovado será formalizada mediante troca de Cartas Reversais entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, as quais passarão a fazer parte integrante e complementar deste Contrato, para todos os fins de direito.

5. Considera-se infração contratual o retardamento da execução dos serviços contratados ou a sua paralisação injustificada, por mais de 03 (três) dias consecutivos.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência deste contrato é de 450 (quatrocentos e cinquenta) dias corridos, contados da expedição da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, justificadamente, e a critério da Administração. Para surtir eficácia, o contrato terá sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

CLÁUSULA SEXTA - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Na execução dos serviços a CONTRATADA deverá observar os requisitos mínimos de qualidade, resistência e segurança, determinados nas "Normas Técnicas", elaboradas pela Associação de Normas Técnicas - ABNT.

2. Caberá À CONTRATADA o planejamento da execução dos serviços nos seus aspectos administrativos e técnicos mantendo, no canteiro de obra, instalações necessárias para pessoal, materiais e equipamentos, bem como escritório adequado à Fiscalização.

3. A CONTRATADA se obriga a colocar na direção geral dos serviços, com presença permanente nesta, dos profissionais devidamente habilitados, conforme currículos apresentados no processo licitatório.

4. A CONTRATADA se obriga a respeitar rigorosamente, na execução deste Contrato, as legislações social, trabalhista, fiscal, previdenciária e comercial, bem como as normas de higiene e segurança, por cujos encargos responderá unilateralmente.

5. A CONTRATADA, sem prejuízo de sua responsabilidade, deverá comunicar à Fiscalização, por escrito, no DIÁRIO DE OBRA, qualquer anormalidade verificada na execução ou no controle técnico que comprometa a segurança e a qualidade da obra e sua execução dentro do prazo pactuado.

6. No caso de divergência entre as medidas tomadas em plantas e as cotas indicadas, prevalecerão estas últimas, e em caso de dúvida entre as especificações e demais documentos referidos no *caput* desta Cláusula, prevalecerão as especificações do projeto, observado o disposto na cláusula primeira.

7. O CONTRATANTE poderá determinar a paralisação dos serviços por motivos de relevante ordem técnica e de segurança ou, ainda, no caso de inobservância e/ou desobediência as suas determinações, cabendo à CONTRATADA, quando das razões da paralisação que lhe forem imputáveis, arcar com todos os ônus e encargos decorrentes.

8. Quaisquer erros ou imperícias na execução constatada pelo CONTRATANTE, obrigarão a CONTRATADA, a sua conta e risco, a corrigir ou reconstruir as partes impugnadas da obra sem prejuízo de ação regressiva contra aquele(s) que tiver(em) dado causa.

9. Na conclusão dos serviços, a CONTRATADA deverá remover todo o equipamento utilizado, o material excedente, o entulho e os serviços provisórias de qualquer espécie, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas rigorosamente limpas e em condições de uso imediato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. O CONTRATADO deverá apresentar à Administração do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, sob pena de rescisão do ajuste, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica com correção monetária, em favor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

5. Será considerada extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) na ocasião do recebimento definitivo da obra, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.

6. Isenção de Responsabilidade da Garantia

6.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

a) caso fortuito ou força maior;

b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

c) descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

6.2 Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas "c" e "d" do item 6.1 desta cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

6.3 Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

7. Em caso de acréscimo do valor licitado, a garantia será reforçada proporcionalmente ao valor acrescido.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ENCARGOS DAS PARTES

1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2. O CONTRATADO, além das obrigações previstas no item L do Anexo I da Concorrência nº 11/2013, deve:

- 2.1. Providenciar e manter qualificação técnica adequada dos profissionais envolvidos na execução da obra;
- 2.2. Enviar relação de funcionários com nome e Carteira de Identidade à FISCALIZAÇÃO em até 10 (dez) dias após o recebimento da ordem de serviço, inclusive eventuais substituições, apresentando os exames admissionais e demissionais respectivos;
- 2.3. Planejar, desenvolver, implantar e executar o objeto do contrato, de acordo com os requisitos estabelecidos nas Especificações Técnicas da Concorrência nº 11/2013;
- 2.4. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da contratação;
- 2.5. Reportar ao CONTRATANTE imediatamente qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução da obra e o bom andamento das atividades do IFS;
- 2.6. Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao contrato, que eventualmente venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE;
- 2.7. Corrigir, alterar e/ou refazer os serviços não aprovados pela FISCALIZAÇÃO conforme prazo definido por esta;
- 2.8. Fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI, inclusive proceder ao respectivo treinamento. A Contratada não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores;
- 2.9. Apresentar ART em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da ordem de serviço;
- 2.10. Fornecer e manter, no local da prestação do serviço, Diário de Obras, contendo os lançamentos e registros obrigatórios;
- 2.11. Fornecer e manter, no local da prestação do serviço, livro de ocorrências ou controle equivalente, visando o registro dos fatos relevantes, de natureza trabalhista, que, porventura, venham a ocorrer durante a execução do Contrato;
- 2.12. Adotar controle de frequência, visando apurar a assiduidade do trabalho dos funcionários e aferir a efetiva prestação dos serviços contratados. Tal controle deverá estar disponível para a Fiscalização;
- 2.13. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas características e condições de habilitação e qualificação técnica apresentadas durante o processo licitatório, devendo, justificada e previamente, solicitar autorização ao CONTRATANTE, para qualquer alteração que possa afetar o cumprimento deste contrato;
- 2.14. Apresentar cópias autenticadas ou originais dos seguintes documentos de comprovação de regularidade no cumprimento de obrigações trabalhistas, em até quinze dias contados da solicitação da administração do CONTRATANTE:
 - a) Cópias do livro de registro;
 - b) Cópias das carteiras de trabalho;

- c) Comprovação do depósito bancário dos salários e folha de pagamento ou contracheques com devida comprovação de recebimento pelos empregados;
- d) Guia de recolhimento do INSS;
- e) Guia de recolhimento do FGTS;
- f) GFIP (com discriminação dos recolhimentos INSS e FGTS por empregado);
- g) Listagem, assinada pelos empregados, comprobatória do pagamento do auxílio-alimentação e do vale-transporte.

3. São expressamente vedadas ao CONTRATADO:

- 3.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- 3.2. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato;
- 3.3. Subcontratar outra empresa para a execução dos serviços não permitidos para a subcontratação.

4. O CONTRATANTE, em consonância com as obrigações previstas no item M do Anexo I da Concorrência nº 11/2013, deve:

- 4.1. Expedir a ordem de serviço;
- 4.2. Esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas;
- 4.3. Notificar, por escrito, ao CONTRATADO a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 4.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por representante(s) especialmente designado(s), nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93;
- 4.5. Efetuar os pagamentos devidos pela execução do objeto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- 4.6. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes às normas internas do CONTRATANTE quanto ao uso das instalações, caso venham a ser solicitados pelo CONTRATADO;
- 4.7. Fornecer as plantas, desenhos e projetos necessários à perfeita compreensão dos serviços e especificações técnicas a eles relacionadas;
- 4.8. Comunicar oficialmente ao CONTRATADO quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.

5. O CONTRATADO não poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrente desses fatos.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos do IFS (DIPOP), mediante servidor(es) devidamente designado(s) para esse fim.
2. Durante a vigência deste contrato, a CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, para representá-lo sempre que for necessário.
3. A CONTRATADA manterá no escritório da obra, sob sua guarda e a disposição da Fiscalização, os seguintes documentos:
 - a) O DIÁRIO DE OBRA, que deverá ser assinado diariamente pelo responsável técnico da CONTRATADA e pelo engenheiro fiscal da DIPOP/IFS, onde serão anotadas todas as ocorrências havidas na execução dos serviços;
 - b) uma via do Contrato com todas as partes integrantes e todas as modificações autorizadas e demais documentos administrativos e técnicos da obra, conforme discriminado na cláusula primeira.
 - c) cópias das folhas de medições realizadas.
4. No DIÁRIO DE OBRA serão lançadas diariamente pela CONTRATADA todas as ocorrências da obra, tais como: serviços realizados, entradas e saídas de materiais, anormalidades, chuvas, substituições de engenheiros, mestres, fiscais, entrada e saída de equipamentos pesados, etc.
5. A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos solicitados pela DIPOP/IFS, cujas reclamações se obriga a atender pronta e irrestritamente.
6. O CONTRATANTE se obriga a observar e a fazer cumprir por parte da CONTRATADA todas as exigências formuladas pela DIPOP/IFS, no Livro de Ocorrência da Obra.
7. A DIPOP/IFS poderá exigir a retirada do local da obra de prepostos da CONTRATADA que não estejam exercendo suas tarefas ou se comportando a contento, bem como a substituição de todo e qualquer material e/ou equipamento por ela impugnada.
8. A ação fiscalizadora será exercida de modo sistemático e permanente, de maneira a fazer cumprir, rigorosamente, os prazos, as condições, qualificações e especificações previstas neste Contrato e seus anexos, que a CONTRATADA declara conhecer nos seus expressos termos, sendo certo que essa fiscalização é meramente supletiva e relacionada com a execução do presente Contrato, não implicando exoneração da responsabilidade da CONTRATADA nem em solidariedade perante terceiros.
9. O CONTRATANTE se reserva o direito de inspecionar os equipamentos antes e no decorrer dos serviços e impugnar quaisquer deles que não satisfaçam as condições mínimas de utilização na obra objeto deste Contrato, ficando neste caso a CONTRATADA obrigada a fazer as substituições que a DIPOP/IFS indicar. Não será permitida a retirada de qualquer unidade ou equipamento descrito sem prévia autorização por escrito do IFS.

10. A mudança de fiscais será, imediatamente, comunicada por escrito a CONTRATADA, indicando-se os seus substitutos.

11. Os serviços impugnados pela fiscalização do CONTRATANTE, no que concerne a sua execução ou à qualidade dos materiais fora do especificado, não poderão ser faturados, ou se o forem, deverão ser glosados nas faturas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO INADIMPLEMENTO E DAS MULTAS

1. Se na realização da licitação ou na formalização e execução do Contrato, ficar comprovada a existência de irregularidades ou ocorrer inadimplência contratual de que possa ser responsabilizada e firma Contratada, ficará esta incurso nas penalidades e sanções previstas nos termos da Lei nº 8.666/93.

2. A não realização no prazo fixado, implicará em multa, a ser cobrada pelo CONTRATANTE, de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, em caso de não cumprimento de cada um dos prazos parciais previstos no Cronograma Físico-Financeiro e desde que o descumprimento do prazo tenha ocorrido por culpa exclusiva ou dolo da CONTRATADA.

3. A multa estipulada no item 2 desta cláusula será deduzida dos pagamentos a serem efetuados à Contratada.

4. Se a multa aplicada for superior à garantia prestada, além da perda desta responderá a Contratada pela sua diferença que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou cobrada judicialmente.

5. Por outros descumprimentos contratuais também serão cobradas multas, de acordo com o disposto na cláusula décima oitava (itens 1-b e 5).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

1. O recebimento provisório do objeto será realizado pela unidade responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do CONTRATADO.

2. A FISCALIZAÇÃO poderá recusar o recebimento provisório do objeto, caso haja inconformidades significativas em relação às especificações.

2.1. Caso sejam constatadas inconformidades que não impeçam o recebimento provisório, estas deverão ser relacionadas em documento anexo ao termo circunstanciado e ser corrigidas até o recebimento definitivo.

3. O recebimento definitivo do objeto será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso de observação, ou vistoria, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado do recebimento provisório, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93. **Para o recebimento definitivo do objeto, a Contratada deverá providenciar a seguinte documentação: as built da obra, elaborado pelo responsável por sua**

execução; laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros, aprovando a obra; Carta “Habite-se” emitida pela prefeitura do município.

4. A CONTRATADA apresentará, ainda, os seguintes documentos:

- Certidão Negativa de Débito - CND perante o INSS referente às obras e aos serviços;
- Comprovação de Regularidade de Situação junto ao FGTS;
- Comprovação de Regularidade do INSS.

5. A Aceitação Provisória dos serviços implicará a imediata entrega da obra, com todos os materiais e demais acessórios, nessa data existentes.

6. Até a Aceitação Definitiva, a CONTRATADA se obriga a manter equipe técnica adequada, objetivando a pronta reparação de falhas provenientes de vícios de construção e de instalações, que surgirem no período inicial de utilização dos serviços objeto Contrato.

7. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a CONTRATADA da responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato. Dessa forma, de acordo com o art. 618 do Código Civil, a Contratada “responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo”.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

2. Ao longo da execução do contrato, caso haja a necessidade de se firmar termo aditivo, os custos unitários dos itens acrescidos deverão seguir as seguintes orientações:

- 2.1. para itens que já constem do contrato, os custos corresponderão àqueles já contratados;
- 2.2. para itens novos existentes no SINAPI, os custos corresponderão àqueles relativos aos das medianas constantes daquele sistema para a região, aplicando-se sobre esse valor o mesmo desconto global fornecido pelo CONTRATADO em relação ao orçamento estimativo do certame;
- 2.3. para os itens novos não constantes do SINAPI, deverá ser utilizado o menor custo obtido a partir da pesquisa realizada em pelo menos três fornecedores;
- 2.4. somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, poderão os

custos unitários ultrapassar os respectivos custos nos termos dos critérios ora definidos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REVISÃO E DO REAJUSTE

1. Proceder-se-á à revisão do contrato a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.
2. A CONTRATADA, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.
3. Junto com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.
4. A Administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato, formalizada por termo aditivo e publicado o seu extrato na Imprensa Oficial.
5. Independentemente de solicitação, a Administração tem a obrigação de convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, procedendo-se à revisão do contrato, formalizada de acordo com o item 4 desta cláusula.
6. O reajuste só é devido após doze meses da data da apresentação da proposta, vinculado ao INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) do período, aplicando-se sobre o saldo remanescente do contrato.
7. Na **situação de atraso no cumprimento do objeto por culpa do contratado**: se houver aumento do índice, prevalece o vigente na data em que deveria ter sido realizado o objeto; e se houver diminuição do índice, prevalece o vigente na data em que for executado o objeto.
8. Na **situação de antecipação do cumprimento do objeto**: prevalece o índice vigente na data em que for realizado o objeto.
9. Em **casos de prorrogação**: prevalece o índice vigente no mês previsto para cumprimento do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

1. A CONTRATADA apresentará, seguindo o cronograma físico-financeiro aprovado pelo CONTRATANTE, mediante a Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos, nota fiscal/fatura relativa aos serviços executados, com as indicações das quantidades em Real, para fins de liquidação e pagamento.

1.1. A emissão da nota fiscal / fatura pela CONTRATADA somente deverá ocorrer depois que a fiscalização do CONTRATANTE sinalizar pela aprovação da medição, para que se evitem problemas com incidência de multas e juros se ocorrer atraso de recolhimento de INSS e/ou ISS.

1.2. A CONTRATADA deverá se inteirar da legislação tributária do município de Itabaiana, para não incorrer nem fazer com que o CONTRATANTE incorra em erro fiscal perante a fiscalização municipal.

2. A atestação da nota fiscal/fatura relativa aos serviços caberá a servidor da Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos, designado pela autoridade competente, ou a outro servidor capacitado designado para esse fim.

3. A nota fiscal/fatura deverá ser entregue, juntamente com os outros documentos exigidos, na

Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos, para ser atestada, com a respectiva medição no Sistema de Contratos, para depois ser encaminhada à Diretoria de Orçamento e Finanças do CONTRATANTE, a qual dará o impulso administrativo para a liquidação e o pagamento da despesa.

4. As medições serão realizadas mensalmente, com base no cronograma aprovado, contados a partir do início efetivo dos serviços, considerando os serviços efetivamente realizados e concluídos satisfatoriamente no período.

4.1. Entendem-se como serviços concluídos satisfatoriamente aqueles formalmente aprovados pela FISCALIZAÇÃO, dentro do prazo estipulado.

5. O CONTRATANTE efetuará o pagamento mediante ordem bancária creditada na conta-corrente da CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da entrega do processo no setor financeiro do CONTRATANTE.

6. o Setor Financeiro do CONTRATANTE verificará, antes do pagamento de qualquer fatura, se a CONTRATADA mantém todas as condições habilitatórias exigidas na licitação.

7. O CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo CONTRATADO, nos termos deste contrato.

8. O CONTRATANTE se reserva o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o serviço não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita. Ocorrendo a não aceitação pela fiscalização da DIPOP/IFS dos serviços faturados, será de imediato comunicado à CONTRATADA para a devida retificação e apresentação de nova fatura com correção das causas do seu indeferimento.

9. A liberação da primeira fatura, ficará condicionada à apresentação prévia da ART/RRT perante o Conselho competente (CREA-SE/ CAU-SE), relativa aos serviços objeto deste Contrato e a matrícula da obra no INSS.

10. O pagamento da nota fiscal somente será liberado se esta vier acompanhada: a) de comprovante de recolhimento do ISS junto à Prefeitura Municipal de Itabaiana sobre o valor da respectiva nota fiscal; b) certidão de regularidade para com a Fazenda Federal e a certidão de regularidade de obrigações trabalhistas; c) da certidão de regularidade de tributos das fazendas estadual e municipal de seu domicílio fiscal; d) de comprovantes de recolhimento do FGTS e do INSS referentes ao período de execução dos serviços faturados ou ao imediatamente anterior, se aquele ainda não estiver

vencido. Se no prazo de vencimento da fatura já houver ocorrido o vencimento há mais de 10 (dez) dias de algum destes encargos trabalhistas, será solicitado o comprovante de pagamento que não conste do processo, devidamente autenticado.

11. A última fatura somente será liberada com a apresentação, além dos documentos requeridos no item 10 desta cláusula, do Certificado de Quitação do INSS, relativos aos serviços objeto deste Contrato.

12. A liberação do processo para pagamento por parte do fiscal do contrato somente ocorrerá se houver comprovação de quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários vencidos até a data da entrega da respectiva nota fiscal ao representante do CONTRATANTE, no que se refere aos funcionários empregados na obra.

13. O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato correrá por conta exclusiva da CONTRATADA.

14. Os comprovantes de pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas pagos pela internet devem conter declaração do responsável pela tesouraria (ou similar) da CONTRATADA, como segue:

Declaro, sob as penas da lei, que o pagamento constante deste documento foi efetivamente realizado.

Local, data

Nome, cargo, CPF

15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data em que deveria ter ocorrido o pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento, será calculada mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{TX}{100}$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual (6%);

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

16. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em nota fiscal/fatura emitida posteriormente à ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUSTAÇÃO DE PAGAMENTO

1 - O pagamento poderá ser susgado pelo IFS, nos seguintes casos:

- a) não cumprimento das obrigações da CONTRATADA para com terceiros, que possam de qualquer forma prejudicar o IFS;
- b) inadimplência de obrigações da CONTRATADA para com o IFS por conta deste Contrato;
- c) não cumprimento do disposto nas Especificações Técnicas da DIPOP/IFS e demais anexos do Edital de licitação;
- d) erros ou vícios nas faturas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão, nos termos dos Artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

1.2 - Constituem motivos para rescisão contratual:

1.2.1 - O não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.

1.2.2 - O cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.

1.2.3 - A lentidão do seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão dos serviços objeto deste Contrato, nos prazos estipulados.

1.2.4 - O atraso injustificado do início da execução do Contrato.

1.2.5 - A paralisação da execução do Contrato, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE.

1.2.6 - A subcontratação total ou parcial da execução do Contrato para serviços não permitidos pelo CONTRATANTE, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do Contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação.

1.2.7 - O desatendimento das determinações regulares da Fiscalização do CONTRATANTE.

1.2.8 - O cometimento reiterado de faltas na execução do Contrato que serão anotadas no "livro de ocorrência" do Contrato.

1.2.9 - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.

1.2.10 - A dissolução da sociedade.

1.2.11 - A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que, a juízo do Contratante, prejudique a execução do Contrato.

1.2.12 - Razões de interesse público.

1.2.13 - A suspensão da execução do Contrato, por ordem escrita do IFS, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, exceto a greve trabalhista por ser direito do trabalhador.

1.2.14 - O atraso superior a 90 (noventa) dias aos pagamentos devidos pelo IFS, decorrentes dos serviços verificados, classificados ou conferidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação de ordem interna ou guerra.

1.2.15 - A não liberação, por parte do Contratante, de área, local ou objeto para execução do Contrato, nos prazos contratuais.

1.2.16 - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

1.3 - A rescisão do Contrato poderá ser:

1.3.1 - Determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos itens 1.2.1 a 1.2.16 desta Cláusula;

1.3.2 - Amigável, por acordo entre partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o Contratante;

1.3.3 - Judicial, nos termos da legislação processual.

1.4 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de relatório da Diretoria de Planejamento de Obras e Projetos e de autorização escrita e fundamentada do Reitor do IFS.

1.5 - A rescisão contratual motivada por qualquer das condições definidas no item 1.2 desta cláusula, que sejam geradas por responsabilidade do CONTRATADO, acarreta as seguintes consequências para o CONTRATADO, sem prejuízo das sanções previstas na cláusula décima sexta deste Contrato, configurando-se, assim, no reconhecimento dos direitos da Administração.

1.5.1 - Assunção imediata, pelo CONTRATANTE, do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato do próprio Reitor do IFS;

1.5.2 - Ocupação e utilização do local, pelo CONTRATANTE, das instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessários a sua continuidade, a serem devolvidos ou ressarcidos posteriormente, mediante avaliação.

1.5.3 - Execução da garantia contratual, para ressarcimento ao CONTRATANTE e dos valores das multas e indenizações e ela devida.

1.5.4 - Retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

1.6 - A aplicação das medidas previstas nos itens 1.5.1. e 1.5.2., desta cláusula, fica a critério do CONTRATANTE, que poderá dar continuidade dos serviços objeto deste Contrato, por execução direta ou indireta.

1.7 - O CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo juízo, em caso de processamento de recuperação judicial ou de proposição de plano de recuperação extrajudicial da CONTRATADA, manter o Contrato, assumindo o controle de determinadas atividades necessárias a sua execução.

1.8 - Na hipótese da ocorrência do que expressa o item 1.5.2., desta cláusula, o ato de ocupação será precedido de autorização expressa do Reitor do IFS.

2. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, o CONTRATADO terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

1. O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 8.666/1993 e demais normas atinentes à espécie, e vincula-se ao edital de licitação da Concorrência nº 11/2013 e a seus anexos, constante do Processo nº 23060.001891/2013-35, bem como à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES

1. A não execução parcial ou total do objeto deste contrato e a prática de qualquer dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do CONTRATADO, relativamente às obrigações contratuais em questão, observado o contraditório e a ampla defesa, torna passível a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e neste contrato, conforme listado a seguir:

a) Advertência;

b) Multa:

a) de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor contratual, por dia de atraso, por descumprimento no prazo de execução dos serviços, previstos neste Contrato, limitado a 20 (vinte) dias de atraso;

b.1) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total e de 15% sobre o saldo contratual no caso de inexecução parcial do objeto contratado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao CONTRATADO com a de multa.

3. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 5 (cinco) dias na execução do cronograma de execução físico-financeiro ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas na Concorrência nº 11/2013 e neste contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

4. A advertência poderá ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério do Gestor do Contrato, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5. Caso haja a inexecução parcial do objeto será aplicada multa de até 15% (quinze por cento) sobre o saldo contratual. Para inexecução total, a multa aplicada será de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato.

6. A sanção de suspensão do direito de participar em licitação e de contratar com a Administração, de que trata o inciso III, art. 87, da Lei 8.666/93, poderá ser aplicada ao CONTRATADO, por culpa ou dolo, por até dois anos, no caso de inexecução parcial do objeto, conforme previsto no item 5 desta cláusula, entre outros casos.

7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o IFS, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do contrato, sem consentimento prévio do CONTRATANTE;
- e) Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do CONTRATANTE após a assinatura do contrato;
- f) Apresentação, ao CONTRATANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- g) Inexecução total do objeto, conforme previsto nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

1. Consoante o art. 45 da Lei 9.784 de 1999, o CONTRATANTE poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. Aplicam-se ao Contrato firmado os mandamentos da Lei nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto 6.204/2007, Instrução Normativa nº 01/2010/MPOG, a legislação de proteção e defesa do consumidor, os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Ao presente Contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

a) as instalações construídas em material permanente passarão à propriedade do CONTRATANTE, após a conclusão dos trabalhos;

b) as modificações que venham a ser introduzidas ao presente Contrato somente terão validade se expressamente autorizada pelo CONTRATANTE;

c) nenhuma obra/serviço fora dos projetos e especificações deste Contrato poderá ser realizada, ainda que em caráter extraordinário, sem prévia e expressa concordância do CONTRATANTE;

d) o CONTRATANTE se reserva o direito de contratar com outras empresas, simultaneamente e no mesmo local, a execução dos serviços distintos daquele objeto do presente Contrato não podendo a CONTRATADA opor-se à execução dos tais serviços desde que previamente comunicada, por escrito, pelo IFS, de modo que as sobreditas obras/serviços ora contratados não venham a sofrer prejuízo de qualquer espécie;

e) integram, também, o presente instrumento para todos os fins de direito, as normas vigentes no IFS, cujos termos as partes declaram conhecer e se obrigam a cumprir;

f) a CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste Contrato, sejam de natureza social, trabalhista, previdenciária, civil, comercial e fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advierem causados a terceiros.

2. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data do orçamento da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme a causa, nos termos do Parágrafo 5º do Art. 65 na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Aracaju, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, e pelas testemunhas abaixo.

Aracaju (SE), ---- de ---- de 2013

CONTRATANTE

[Nome da autoridade competente]

[inserir nome do cargo]

CONTRATADO

Representante Legal

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:
RG:

NOME:
CPF:
RG:

ANEXO – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

1. BDI integral



IFS - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
 AVENIDA ENGº GENTIL TAVARES DA MOTA, Nº 1166
 GETULIO VARGAS ARACAJU-SE CNPJ:

- SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS
 ITABAIANA - Agosto/2013

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DO EMPREENDIMENTO

Cod. Empreendimento: 00026

BDI: 25,95%

Ref : Agosto/2013-1 Moeda : R\$

ITEM	SERVIÇOS	(%)	VALOR	1º MÊS		2º MÊS		3º MÊS		4º MÊS		5º MÊS	
				(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR
01	SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRATIVOS	8,1	450.177,86	77,90	350.691,46	5,98	26.927,21	0,39	1.758,14	0,78	3.516,27	0,94	4.219,52
02	PREDIO DA ESCOLA	47,53	2.642.046,28	0,83	21.990,57	3,09	61.647,47	7,42	195.939,47	11,34	299.625,38	15,06	397.996,61
03	CASA DE GÁS	0,08	4.369,28									100,00	4.369,28
04	QUIOSQUES (4 UN)	1,11	61.467,68							41,11	25.270,71	58,89	36.196,97
05	BLOCO DE APOIO A TERCEIROS	1,05	58.156,31										
06	LIXEIRA	0,34	18.692,04										
07	SERVIÇOS DE GERAIS DO CAMPUS	2,89	160.673,52							1,28	2.050,48	6,97	11.197,22
08	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS	1,94	107.737,60										
09	SUBESTAÇÃO ABRIGADA 1000 KVA E GERADOR DE EMERGENCIA DE 200 KVA	2,88	159.835,28										
10	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	9,79	544.063,32			0,30	1.622,78	2,11	11.460,67	3,65	19.881,74	4,35	22.640,56
11	PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM e ACESSIBILIDADE	10,61	590.054,20					7,51	44.325,47	21,89	129.142,58	39,58	232.560,97
12	SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO	2,2	122.154,39										
13	CONSTRUÇÃO DA SUBESTAÇÃO ABRIGADA	1,36	75.607,36										
14	REDE HIDRÁULICA - DISTRIBUIÇÃO	0,51	28.215,32					29,82	8.414,80	35,21	9.933,80	34,97	9.866,72
15	RESERVATÓRIO ELEVADO - 100 M³ (FUNDAÇÕES - SAPATAS)	3,35	186.470,28			100,00	186.470,28						
16	RESERVATÓRIO INFERIOR - 100 M³	1,97	103.661,76			40,23	44.116,12	40,86	44.805,52	18,91	20.740,12		
17	SISTEMA DE TRATAMENTO - TANQUES SÉPTICOS	0,72	40.182,43										



- SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS
ITABAIANA - Agosto/2013

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DO EMPREENDIMENTO

IFS - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

AVENIDA ENGº GENTIL TAVARES DA MOTA, Nº 1166
GETULIO VARGAS ARACAJU-SE CNPJ;

Cod. Empreendimento: 00026

BDI: 25,95%

Ref : Agosto/2013-1 Moeda : R\$

ITEM	SERVIÇOS	(%)	VALOR	1º MÊS		2º MÊS		3º MÊS		4º MÊS		5º MÊS			
				(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR		
18	SISTEMA DE TRATAMENTO - FILTRO	1,07	59.460,62												
19	SISTEMA DE TRATAMENTO - INTELIÇÃO ENTRE FILTRO E WETLAND	0,02	901,17												
20	SISTEMA DE TRATAMENTO - WETLAND	1,02	56.870,59												
21	SISTEMA DE IRRIGAÇÃO	0,43	23.948,59												
22	REDE DE ESGOTO - IMPLANTAÇÃO	1,05	58.140,18					11,81	6.865,55	37,97	22.078,21	28,48	16.558,67		
TOTAL SIMPLES ==>>>				100,00	5.558.886,06	6,70	372.682,03	6,13	340.783,86	5,64	313.569,62	9,57	532.239,29	13,27	737.606,52
TOTAL ACUMULADO ==>>>				100,00	5.558.886,06	6,70	372.682,03	12,83	713.465,89	18,47	1.027.035,51	28,04	1.559.274,80	41,31	2.296.881,32



IFS - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

AVENIDA ENGº GENTIL TAVARES DA MOTA, Nº 1166
GETULIO VARGAS ARACAJU-SE CNPJ:

ITEM	SERVIÇOS	(%)	VALOR	6º MÊS		7º MÊS		8º MÊS		9º MÊS		10º MÊS	
				(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR
01	SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRATIVOS	0,1	450.177,86	1,02	4.571,15	0,70	3.164,64	0,70	3.164,64	0,94	4.219,52	0,78	3.516,27
02	PREDIO DA ESCOLA	47,53	2.642.046,28	17,07	450.963,41	13,33	352.224,35	10,51	277.784,17	7,20	190.293,63	5,07	123.976,00
03	CASA DE GÁS	0,08	4.369,28										
04	QUIOSQUES (4 UN)	1,11	61.467,68										
05	BLOCO DE APOIO A TERCEIROS	1,05	58.156,31	6,22	3.616,66	19,84	11.525,89	28,71	16.699,37	45,23	26.204,39		
06	LIXEIRA	0,34	18.632,04					56,46	10.554,28	42,54	8.127,76		
07	SERVIÇOS DE GERAIS DO CAMPUS	2,89	160.673,52	9,26	14.876,04	4,42	7.096,27	4,42	7.096,27			5,46	8.768,80
08	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS	1,94	107.727,60									50,00	53.868,85
09	SUBESTAÇÃO ABRIGADA 1000 KVA E GERADOR DE EMERGENCIA DE 200 KVA	2,88	159.835,28					9,72	15.527,53	29,16	46.612,58	39,44	62.042,08
10	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	9,79	544.063,32	10,93	59.489,67	27,22	148.114,94	25,05	126.269,91	21,17	115.188,05	5,22	28.395,00
11	PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM e ACESSIBILIDADE	10,61	530.054,20	31,02	183.025,18								
12	SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO	2,2	122.154,39			10,19	12.448,25	34,11	41.664,02	55,70	68.042,12		
13	CONSTRUÇÃO DA SUBESTAÇÃO ABRIGADA	1,36	75.607,36			16,90	12.777,41	33,05	24.991,56	50,05	37.828,39		
14	REDE HIDRÁULICA - DISTRIBUIÇÃO	0,51	28.215,32										
15	RESERVATÓRIO ELEVADO - 100 M³ (FUNDAÇÕES - SAPATAS)	3,35	186.470,28										
16	RESERVATÓRIO INFERIOR - 100 M³	1,97	109.661,76										
17	SISTEMA DE TRATAMENTO - TANQUES SÉPTICOS	0,72	40.182,43							40,00	16.072,97	60,00	24.109,46



- SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS ITABAIANA - Agosto/2013

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DO EMPREENDIMENTO

Cod. Empreendimento: 00026

BDI: 25,95%

Ref : Agosto/2013-1 Moeda : R\$

IFS - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

AVENIDA ENGº GENTIL TAVARES DA MOTA, Nº 1166
GETULIO VARGAS ARACAJU-SE (CNPJ) :

ITEM	SERVIÇOS	(%)	VALOR	6º MÊS		7º MÊS		8º MÊS		9º MÊS		10º MÊS	
				(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR
18	SISTEMA DE TRATAMENTO - FILTRO	1,07	59.460,62									40,00	23.784,24
19	SISTEMA DE TRATAMENTO - INTERLIGAÇÃO ENTRE FILTRO E WETLAND	0,02	901,17										
20	SISTEMA DE TRATAMENTO - WETLAND	1,02	56.870,59									50,00	28.435,32
21	SISTEMA DE IRRIGAÇÃO	0,43	23.948,59										
22	REDE DE ESGOTO - IMPLANTAÇÃO	1,05	56.140,18	21,74	12.637,75								
TOTAL SIMPLES ==>>>		100,00	5.558.886,06	13,12	729.179,86	9,85	547.361,75	9,60	523.761,75	9,22	512.709,41	6,62	367.896,02
TOTAL ACUMULADO ==>>>		100,00	5.558.886,06	54,43	3.026.061,18	64,28	3.573.422,93	73,88	4.107.184,68	83,10	4.619.894,09	89,72	4.987.790,11



IFS - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

AVENIDA ENGº GENTIL TAVARES DA MOTA, Nº 1166
GETULIO VARGAS ARACAJU-SE CNPJ :

Cod. Empreendimento: 00026

BDI: 25,95%

Ref : Agosto/2013-1 Moeda : R\$

ITEM	SERVIÇOS	(%)	VALOR	11º MÊS		12º MÊS		(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR
				(%)	VALOR	(%)	VALOR						
01	SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRATIVOS	0,1	450.177,86	0,43	1.933,95	9,44	42.495,09						
02	PREDIO DA ESCOLA	47,53	2.642.046,28	4,64	122.531,80	4,44	117.072,42						
03	CASA DE GÁS	0,08	4.369,28										
04	QUIOSQUES (4 UN)	1,11	61.467,68										
05	BLOCO DE APOIO A TERCEIROS	1,05	58.156,31										
06	LIXEIRA	0,34	18.692,04										
07	SERVIÇOS DE GERAIS DO CAMPUS	2,89	160.673,52	10,92	17.527,59	57,27	92.050,85						
08	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS	1,94	107.727,60	50,00	53.868,75								
09	SUBESTAÇÃO ABRIGADA 1000 KVA E GERADOR DE EMERGENCIA DE 200 KVA	2,88	159.835,28	21,68	34.642,09								
10	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	9,79	544.062,32										
11	PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM e ACESSIBILIDADE	10,61	590.054,20										
12	SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO	2,2	122.154,39										
13	CONSTRUÇÃO DA SUBESTAÇÃO ABRIGADA	1,36	75.607,36										
14	REDE HIDRÁULICA - DISTRIBUIÇÃO	0,51	28.215,32										
15	RESERVATÓRIO ELEVADO - 100 M³ (FUNDAÇÕES - SAPATAS)	2,35	186.470,28										
16	RESERVATÓRIO INFERIOR - 100 M³	1,97	109.661,76										
17	SISTEMA DE TRATAMENTO - TANQUES SÉPTICOS	0,72	40.182,43										



- SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS ITABAIANA - Agosto/2013

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DO EMPREENDIMENTO

IFS - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
 AVENIDA ENGº GENTIL TAVARES DA MOTA, Nº 1166
 GETULIO VARGAS ARACAJI-SE (CNPJ):

Cod. Empreendimento: 00026

BDI: 25,95%

Ref : Agosto/2013-1 Moeda : R\$

ITEM	SERVIÇOS	(%)	VALOR	11º MÊS		12º MÊS							
				(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR
18	SISTEMA DE TRATAMENTO - FILTRO	1,07	59.460,62	60,00	35.676,28								
19	SISTEMA DE TRATAMENTO - INTELIÇÃO ENTRE FILTRO E WETLAND	0,02	901,17	100,00	901,17								
20	SISTEMA DE TRATAMENTO - WETLAND	1,02	56.870,59	50,00	28.435,27								
21	SISTEMA DE IRRIGAÇÃO	0,43	22.948,59	100,00	22.948,59								
22	REDE DE ESGOTO - IMPLANTAÇÃO	1,05	58.140,18										
TOTAL SIMPLES ==>>		100,00	5.558.886,06	5,75	319.476,59	4,52	251.619,26						
TOTAL ACUMULADO ==>>		100,00	5.558.886,06	35,47	5.307.266,70	100,00	5.558.886,06						

2. BDI diferenciado



IFS - INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
 AVENIDA ENGº GENTIL TAVARES DA MOTA, Nº 1166
 GETULIO VARGAS ARACAJU-SE CNPJ :

- SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS
 ITABAIANA - BDI DIFERENCIADO - Agosto/2013

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DO EMPREENDIMENTO

Cod. Empreendimento: 00024

BDI: 18,21%

Ref : Agosto/2013-1 Moeda : R\$

ITEM	SERVIÇOS	(%)	VALOR	1º MÊS		2º MÊS		3º MÊS		4º MÊS		5º MÊS	
				(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR
01	SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS ITABAIANA - BDI DIFERENCIADO	100	931.349,38					6,73	62.662,85	13,46	125.325,69	13,46	125.325,69
01.01	DIVISÓRIAS	100	931.349,38					6,73	62.662,85	13,46	125.325,69	13,46	125.325,69
								6,73		13,46		13,46	
TOTAL SIMPLES =====>>				100,00	931.349,38	0,00	0,00	0,00	0,00	6,73	62.662,85	13,46	125.325,69
TOTAL ACUMULADO =====>>				100,00	931.349,38	0,00	0,00	0,00	0,00	6,73	62.662,85	20,19	187.988,54

ITEM	SERVIÇOS	(%)	VALOR	6º MÊS		7º MÊS		8º MÊS		9º MÊS		10º MÊS			
				(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR		
01	SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS ITABAIANA - BDI DIFERENCIADO	100	931.349,38	21,64	201.586,45	9,82	91.453,00	8,36	77.855,08			26,54	247.140,62		
01.01	DIVISÓRIAS	100	931.349,38	21,64	201.586,45	9,82	91.453,00	8,36	77.855,08			26,53	247.140,62		
				21,64		9,82		8,36				26,53			
TOTAL SIMPLES =====>>				100,00	931.349,38	21,64	201.586,45	9,82	91.453,00	8,36	77.855,08	0,00	0,00		
TOTAL ACUMULADO =====>>				100,00	931.349,38	55,29	514.900,68	65,11	606.353,68	73,47	684.208,76	73,47	684.208,76	100,01	931.349,38

ITEM	SERVIÇOS	(%)	VALOR	11º MÊS		12º MÊS								
				(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	(%)	VALOR	
01	SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO/CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CAMPUS ITABAIANA - BDI DIFERENCIADO	100	931.349,38			-0,01								
01.01	DIVISÓRIAS	100	931.349,38											
TOTAL SIMPLES =====>>				100,00	931.349,38	0,00	0,00	-0,01	0,00					
TOTAL ACUMULADO =====>>				100,00	931.349,38	100,01	931.349,38	100,00	931.349,38					

ANEXO XII

PLANTAS E PROJETOS (Constantes no Processo nº 23060.001891/2013-35 e disponíveis no sítio www.ifs.edu.br>acesso a informação>licitações de engenharia>concorrência>ano 2013)